

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE NATURA E CULTURA
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

CRISPIM ORDONES RAMOS NETO

**A PERCEÇÃO DOS DISCENTES DO CURSO BACHARELADO EM
ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, QUANTO AS PRÁTICAS DE
ACCOUNTABILITY VERTICAL REALIZADA PELO PODER PÚBLICO
MUNICIPAL.**

BENJAMIN CONSTANT – AM

2023

CRISPIM ORDONES RAMOS NETO

**A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES DO CURSO BACHARELADO EM
ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, QUANTO AS PRÁTICAS DE
ACCOUNTABILITY VERTICAL REALIZADA PELO PODER PÚBLICO
MUNICIPAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Bacharel em Administração da
Universidade Federal do Amazonas (UFAM) do
Instituto de Natureza e Cultura (INC), como
requisito para obtenção do título de Administrador.

Orientador: Prof. Me. Antônio Vagner Almeida Olavo

BENJAMIN CONSTANT – AM

2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R175p Ramos Neto, Crispim Ordones
A percepção dos discentes do Curso Bacharelado em Administração do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas, quanto as práticas de accountability vertical realizada pelo poder público municipal. / Crispim Ordones Ramos Neto . 2023
68 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Antônio Vagner Almeida Olavo
TCC de Graduação (Administração) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Accountability. 2. Accountability vertical. 3. Prestação de contas. 4. Contas públicas. 5. Qualidade da informação . I. Olavo, Antônio Vagner Almeida. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CRISPIM ORDONES RAMOS NETO

**A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES DO CURSO BACHARELADO EM
ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, QUANTO AS PRÁTICAS DE
ACCOUNTABILITY VERTICAL REALIZADA PELO PODER PÚBLICO
MUNICIPAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Administração do Instituto de Natureza e
Cultura (INC) da Universidade Federal do
Amazonas (UFAM) como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em Administração

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 10/07/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Antônio Vagner Almeida Olavo - UFAM
Orientador

Prof. Ms. Juvan Reis Nogueira - UFAM
Avaliador

Prof. Es. Márcio Gleick Felix Oliveira - UFAM
Avaliador

Dedico a conclusão deste Trabalho de Conclusão de Curso a minha família por toda dedicação e apoio durante toda a minha trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Cristian Jean Ramos e Patrícia Lemos Mota que sempre me apoiaram e me incentivaram muito em toda a minha jornada estudantil.

Ao meu irmão e colega de turma Francisco Thor Mota Ramos que sempre me ajudou dentro e fora da universidade.

A todos os meus colegas da UFAM de todos os cursos e em especial os colegas do curso de Administração que são e foram fundamentais em todo o processo de graduação.

A todos os meus colegas de turma, dos quais destaco Guilherme Olavo, Carlos Junior, Mirian Salvador, Izabelly Batista, Tamires Fernandes, Larissa Luanna, Francisco Thor, Marcela Dias. Obrigado.

Ao meu orientador Me. Antônio Vagner Almeida Olavo pela orientação neste trabalho acadêmico, por sua disposição em ser meu orientador, pela paciência e pela sua amizade.

“A falta de transparência resulta em desconfiança e um profundo sentimento de insegurança.”.
Dalai Lama

RESUMO

Em todo o mundo, ações voltadas para prestação de contas, transparência e *accountability* visam garantir a boa governança pública, assegurando o acesso às informações sobre o comportamento das instituições públicas. O presente estudo tem como objetivo analisar a percepção dos cidadãos na aplicabilidade da *accountability* vertical realizada pelo executivo municipal de Benjamin Constant – AM, a natureza do estudo é exploratória e descritiva, para tanto foram utilizados a pesquisa bibliográfica para embasar a pesquisa, a pesquisa qualitativa foi feita por meio de uma entrevista semiestruturada com os discentes do curso de Administração do Instituto de Natureza e Cultura - UFAM que me permitiu responder os objetivos específicos, a) Identificar a compreensão da população em relação ao termo *accountability*; b) verificar as ferramentas utilizadas pelo executivo municipal para a prestação de contas percebidas pela população; c) analisar a qualidade de comunicação da *accountability* vertical utilizada. Os resultados são satisfatórios para a pesquisa e respondem os objetivos, a população entende a prestação de contas como sendo muito importante para a gestão pública e indicam as rádio e redes sociais como ferramentas de suma importância para disseminação das informações, porém, por dificuldades de acesso à internet de qualidade as informações não chegam em boa parte da população em geral e muitas vezes que chegam são pouco compreendidas pela linguagem formal utilizada pelos agentes públicos.

Palavras-chave: *Accountability*; *Accountability* vertical, Prestação de contas, Contas públicas, Qualidade da informação

ABSTRACT

In the whole world, actions aimed at *accountability*, transparency and *accountability* aim to guarantee good public governance, ensuring access to information on the behavior of public institutions. The present study aims to analyze the perception of citizens in the applicability of vertical *accountability* carried out by the municipal executive of Benjamin Constant - AM, the nature of the study is exploratory and descriptive, for that, bibliographical research was used to base the research, qualitative research it was carried out through a semi-structured interview with the students of the Administration course at the Instituto de Natureza e Cultura - UFAM, which allowed me to answer the specific objectives, a) Identify the understanding of the population in relation to the term *accountability*; b) verify the tools used by the municipal executive for *accountability* perceived by the population; c) analyze the quality of communication of the vertical *accountability* used. The results are satisfactory for the research and respond to the objectives, the population understands *accountability* as being very important for public management and indicates radio and social networks as extremely important tools for the dissemination of information, however, due to access difficulties to quality internet, information doesn't reach a large part of the general population and many times when it does, it is poorly understood by the formal language used by public agents.

Keywords: *Accountability*; *Vertical accountability*, *Accountability*, Public accounts, Quality of information.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Tipos de <i>accountability</i>	21
Figura 2 - Imagem de satélite da Universidade Federal do Amazonas - Instituto de Natureza e Cultura-INC.....	30

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Ferramentas de Comunicação	39
Gráfico 2 - Ferramentas mais eficazes.....	41
Gráfico 3 - Ferramentas mais acessíveis	43
Gráfico 4 - Ferramentas menos acessíveis.....	44
Gráfico 5 - Comunicação clara e compreensível	45
Gráfico 6 - Informações acessíveis e compreensíveis	46
Gráfico 7 - Informações acessíveis e compreensíveis	47
Gráfico 8 - Canais de comunicação acessíveis e fáceis de usar	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Modalidades de accountability	19
Quadro 2 Tipos de comunicação	23

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INC	Instituto de Natureza e Cultura
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
ONU	Organizações das Nações Unidas
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1	CONCEITOS DE <i>ACCOUNTABILITY</i>	17
2.2	TIPOS DE <i>ACCOUNTABILITY</i>	18
3	PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS	27
3.1	ASPECTOS METODOLOGICOS	27
3.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA	28
3.3	TRATAMENTO DE DADOS	29
3.4	ÁREA DE ESTUDO.....	30
4	RESULTADOS E ANÁLISES.....	31
4.1	O ENTENDIMENTO DA POPULAÇÃO A RESPEITO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS NO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT – AM.....	31
4.2	FERRAMENTAS UTILIZADAS PELO EXECUTIVO MUNICIPAL PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS PERCEBIDAS PELA POPULAÇÃO.	37
4.3	ANALISAR A QUALIDADE DE COMUNICAÇÃO DA <i>ACCOUNTABILITY</i> VERTICAL UTILIZADA.	46
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS	55
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevista	63
	APÊNDICE B – Questionário socioeconômico	64
	APENDICE C – Carta de aceite de pesquisa	65

1 INTRODUÇÃO

Em todo o mundo, ações voltadas para prestação de contas, transparência e *accountability* visam garantir a boa governança pública, assegurando o acesso às informações sobre o comportamento das instituições públicas. Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas (ONU), desde 2004, tem buscado tratar de questões de *accountability* em suas reuniões formais (FILGUEIRAS, 2011).

No Brasil, a Constituição Cidadã (Constituição Federal de 1988) incluiu em seu artigo 5º o dever dos agentes públicos de promover a responsabilização. Além desse marco legal, outros como a Lei Complementar nº 101/2000 e a Lei Complementar nº 131/2009 garantem a transparência do orçamento ao estimular a participação da população e a realização de audiências públicas no processo de formulação de planos, projetos, leis e diretrizes, além da obrigação de qualquer ente da Federação para com toda e qualquer pessoa, seja ela física ou jurídica, no que diz respeito às receitas e despesas de recursos públicos (BRASIL, 2019).

Recentemente a Lei nº12.527/2011, que trata do acesso às informações dos órgãos e entidades públicas, organizações sem fins lucrativos que demandam de recursos públicos para o seu funcionamento, por parte de pessoa física ou jurídica, sem a necessidade de apresentar razão para acesso à informação, além da garantia do sigilo se necessário for (BRASIL, 2011).

Entende-se que a *accountability* não é um ato de responsabilização voluntária dos indivíduos, mas uma obrigação legal dos agentes públicos (QUIÑONES; HERRERA 2011; RAUPP; PINHO, 2013). Desta forma, é direito dos cidadãos saber as ações do governo ou qualquer agente público (SILVA et al., 2018). A *accountability*, portanto, envolve a prestação de contas obrigatória e pública, sendo um dever do Estado e os cidadãos devem assumir o papel de cobrar e monitorar todas ações (QUIÑONES; HERRERA, 2011). Desta forma, a *accountability* acontece em locais em que existe a democracia (SCHEDLER 1999; SILVA, OLAVO, ANDRADE, 2022).

O conceito de *accountability* apresenta uma tríade para sua análise e compreensão. Neste sentido, para que ocorra a *accountability* é necessários três elementos, sendo: os dois primeiros são apresentados por Schedler (1999), que são a capacidade de resposta dos governos (*answerability*), ou seja, a obrigação dos oficiais públicos informarem e explicarem seus atos e a segunda parte é a capacidade

(*enforcement*) das agências de *accountability* de impor sanções e perda de poder para aqueles que violaram os deveres públicos. A terceira e última é a (*receptiveness*) que é a capacidade de respostas dos agentes públicos aos cidadãos (ACKERMAN, 2005; 2006).

Com os avanços das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), acredita-se que a responsividade tem se avançado cada vez mais na esfera da administração pública (CHADWICK, 2013; DIAS et al., 2019; SILVA, OLAVO, ANDRADE, 2022), inclusive no Brasil, que tem avançado nas discussões sobre o Governo eletrônico, que vem com a necessidade de mudanças culturais pelos que fazem a administração pública, adjunto com o uso das tecnologias, perceber também as mudanças de rotina do processo, as mudanças legais e comportamentais, no intuito da maior eficácia, eficiência e efetividade na prestação de serviços públicos aos cidadãos (DIAS et al., 2019; SILVA, OLAVO, ANDRADE, 2022).

Desta forma, para que a *accountability* aconteça de modo efetivo é necessário conhecer a qualidade das ferramentas utilizadas pelos agentes públicos para se comunicar com os cidadãos.

Para compreender a qualidade das ferramentas de comunicação utilizada pelos agentes públicos na prestação de conta, escolheu-se como local de estudo, o município de Benjamin Constant, que está localizado no Estado do Amazonas, possui 65 comunidades indígenas e não indígenas (em sua maioria o acesso é tido somente fluvial), o que pode prejudicar a comunicação direta com os cidadãos. Como recorte do estudo, optou-se por realizar este estudo com estudantes do Curso Bacharelado em Administração do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas (INC/UFAM). Desta forma, buscou-se compreender como a comunidade universitária compreende a *accountability* realizada entre o Estado (poder executivo municipal) e os Sociedade (cidadãos).

Diante do exposto, questiona-se: Qual a percepção e o entendimento dos cidadãos sobre as práticas de prestação de contas e da qualidade das ferramentas de utilizadas para a realização de *accountability* vertical pelo executivo municipal de Benjamin Constant? Para responder esta questão de pesquisa, esse estudo tem como objetivo geral: Analisar a percepção dos cidadãos na aplicabilidade da *accountability* vertical realizada pelo executivo municipal de Benjamin Constant – AM. E como objetivo específico: a) Identificar a compreensão dos discentes em relação ao termo *accountability*; b) verificar as ferramentas de comunicação utilizadas pelo executivo

municipal para a prestação de contas percebidas pela população; c) analisar a eficácia, acessibilidade e facilidade da comunicação da *accountability* vertical utilizada.

Espera-se que com este estudo, possa haver contribuições teóricas e sociais em relação a realização de *accountability* vertical. Acredita-se que por meio deste estudo, possam surgir novos indicadores para compreender e medir a qualidade das ferramentas utilizadas para a prestação de contas. Neste sentido Silva, Olavo e Andrade (2022), apontam que os estudos de comunicação entre o Estado e a Sociedade no âmbito da *accountability* ainda são recentes e incipientes. Desta forma, a realização deste estudo, fortalece o tema. No campo social, por meio do conhecimento das ferramentas que são mais efetivas, os agentes públicos podem criar uma melhor estratégia para a realização da *accountability* vertical, promovendo uma comunicação mais abrangente e esclarecedora para a população.

Este estudo será dividido em cinco capítulos, sendo o primeiro a introdução, seguido do referencial teórico, que é subdividido em três subtópicos que são apresentados a seguir. O terceiro capítulo aborda os aspectos ligados aos procedimentos metodológicos da pesquisa. O quarto capítulo, apresenta os resultados e análise deste estudo. Por fim, são apresentados no quinto capítulo as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, será abordado sobre os conceitos de *accountability*, tipos de *accountability* e as TIC's na *accountability*.

2.1 CONCEITOS DE ACCOUNTABILITY

A prática da prestação de contas, não é atual (DA SILVA et. al 2018; DA SILVA; OLAVO; ANDRADE, 2022). Na Grécia Antiga havia análise contábil dos agentes públicos e a análise das acusações da população referente à má gestão dos recursos públicos (AGUIAR, 2013; DA SILVA et. al 2018).

O termo *accountability* não tem uma tradução literal para o português e não existe uma única palavra que resuma o conceito em si, porém pode-se ter uma ideia do seu significado (MARTINS et al., 2016). Há um consenso entre muitos autores sobre que não existe um único sentido para o termo *accountability*, pois a partir de diferentes abordagens temos diferentes significados, sendo elas trabalhadas de forma abrangente e variada, dessa forma o termo se tornou multifacetado, com muitas dimensões, com vários significados e aplicabilidades diferentes (LIMA; CAMPOS, 2010; ROCHA, 2010; ROCHA et al., 2012; VIEIRA; PEREIRA, 2013; ZAPELINI, 2015).

Utilizada pela primeira vez em 1794 nos Estados Unidos da América por Samuel Willians (KENNEY, 2005), a expressão *accountability*, de acordo com Heidemann (2009) é o termo *accountability* deriva do latim *ad + computare*, que significa “contar para prestar contas a dar satisfação a corresponder à expectativa de” (HEIDEMANN, 2009, p. 303).

Romagnoli e Romagnoli (2015) afirmam que o termo *accountability* se distingue em duas conotações básicas: a) a capacidade de respostas dos governos que é a obrigação dos agentes públicos informarem e explicarem os seus atos e b) a capacidade das agências de *accountability* impor sanções e perda do poder para os que violarem os deveres públicos. Nas palavras do autor “A noção de *accountability* é basicamente, bidimensional: envolve capacidade de resposta e capacidade de punição” (ROMAGNOLI; ROMAGNOLI, 2015, p. 7). A noção de *accountability* supõe que existe o poder e que há uma necessidade de ele ser controlado. Traçando uma concepção radical da noção de *accountability*, se identificam três formas básicas que são metodologias para a prevenção do abuso de poder: 1) sujeitar o poder ao exercício das sanções; 2) obrigar que este poder seja exercido de forma transparente

e 3) forçar a justificativa dos atos dos governantes. A primeira metodologia diz respeito à capacidade de informar enquanto a dois e a três são referentes a capacidade de resposta dos oficiais públicos (ROMAGNOLI; ROMAGNOLI, 2015).

Para Rocha (2007) a *accountability* pode-se ser entendida como a permanente responsabilização dos agentes públicos quanto a avaliação de conformidade, legalidade, economia, eficiência, eficácia e efetividade por eles praticados em razão do uso do poder que lhes é outorgado pela sociedade. Já para Miguel (2005), a *accountability* diz respeito à capacidade que a população tem de impor sanções aos seus governantes reconduzindo ao cargo aqueles que satisfatoriamente exerceram seus mandatos e destituindo do cargo os que possuíram um desempenho insatisfatório.

Silveira e Silveira (2006, p. 9) afirmam que, “*accountability* implica manifestar expectativas sobre os resultados a alcançar, monitorar e informar publicamente os progressos; usar informações para melhoria da performance; e trabalhar para alcançar resultados e vincular responsabilidades aos mesmos”. Os autores ressaltam que existem relações de *accountability* entre os governantes e o eleitorado; entre políticos e o serviço público; entre os gerentes e seus assessores; e entre os financiadores de serviço, fornecedores e seus clientes.

De acordo com Nascimento e Teodósio (2015), num contexto político e social, a existência da *accountability* está na necessidade de a sociedade exercer controle sobre o poder público, em busca da garantia que o poder seja exercido de modo a favorecer o serviço público e a gestão pública.

Sendo assim, é fundamental que a população acompanhe os processos de prestação de contas (LAUZADA, 2010; ISUNZA; OLVERA, 2006). Segundo Bonilla (2005) a *receptiveness* é a capacidade dos funcionários e políticos terem em mente as opiniões e conhecimentos da população ao fazer a prestação de contas. A partir da *receptiveness* a processo de prestação de contas tem abertura para a participação do cidadão.

2.2 TIPOS DE ACCOUNTABILITY

A *accountability* é um conceito essencial que envolve a responsabilidade de indivíduos e instituições que receberam uma atribuição ou delegação de poder. Essa

responsabilidade exige que prestem informações e justificativas sobre suas ações e resultados, sob o risco de serem sancionados de diversas maneiras: politicamente, publicamente, institucionalmente e/ou judicialmente. No contexto da *accountability* vertical eleitoral, a manifestação do poder dos cidadãos ocorre por meio das eleições, onde têm a capacidade de sancionar os agentes estatais com base na avaliação de suas ações e nos resultados alcançados por representantes e autoridades eleitas.

Uma variação desse tipo de *accountability* vertical é a *accountability* social, em que organizações da sociedade civil e a imprensa desempenham um papel crucial ao sancionar agentes estatais, seja por meio de denúncias ou pela exposição pública de suas ações, independentemente de serem eleitos ou não. Além disso, existe a *accountability* horizontal institucional, que se manifesta quando agentes estatais, sejam eles indivíduos ou grupos, têm o direito de exigir informações e justificativas de outros agentes estatais, bem como o poder de sancioná-los quando necessário." (Tomio e Robl Filho, 2013). Os autores afirmam a existência de três modalidades de *accountability*, a vertical eleitoral, a vertical social e a horizontal institucional.

A tabela 1, a seguir, apresenta as modalidades existentes de acordo com Tomio e Robl Filho (2013).

Quadro 1 Modalidades de *accountability*

<i>Accountability</i> vertical (eleitoral)	Cidadãos sancionam por meio da eleição os representantes e autoridades eleitas (pelos atos e resultados promovidos).
<i>Accountability</i> Vertical (Social)	Sociedade organizada e imprensa sancionam por meio de denúncia e exposição pública os agentes estatais eleitos ou não eleitos.
<i>Accountability</i> Horizontal (Institucional)	Agentes estatais (individuais ou coletivos) podem requerer informações e justificativas de outros agentes estatais, além de poder sancioná-los.

Fonte: Adaptado de Tomio e Robl Filho (2013)

Para O'Donnell (1998), a *accountability* vertical está relacionada à existência de eleições razoavelmente justas e livres, na qual os cidadãos podem punir ou premiar um mandatário pelo uso do voto, votando a favor ou contra ele ou seu o candidato que

ele apoie em eleições posteriores. Ainda nas dimensões da *accountability* vertical, a possibilidade de reivindicações e de denúncias a respeito de atos dos agentes públicos, acrescenta o autor.

Uma outra possibilidade de *accountability* apresentada pelo autor anterior é a horizontal, que envolve a: Existência de agências estatais que têm direito e o poder legal e que estão de fato dispostas e capacitadas para realizar ações, que vão desde a supervisão de rotina a sanções legais ou até o impeachment contra ações ou emissões de outros agentes ou agências do estado que possam ser qualificadas como defeituosas (O'DONNELL, 1998. p. 40).

O'Donnell (2001) dá ênfase ao conceito proposto por Catalina Smulovtz e Henrique Peruzzotti sobre o conceito de *accountability* vertical, entretanto no contexto não eleitoral, que os autores nomearam como *accountability* societal. Os autores a definiram como sendo:

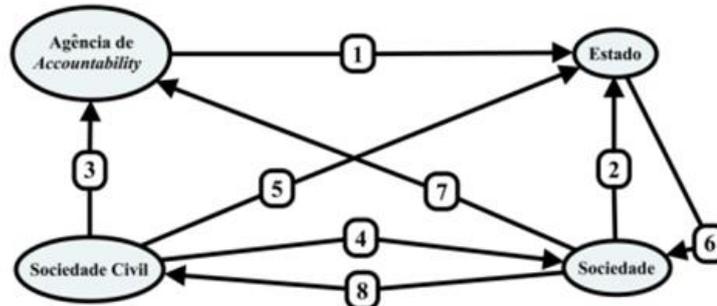
A *accountability* social é um mecanismo não eleitoral, mas vertical, de controle das autoridades políticas que se apoia na atuação de um conjunto múltiplo de associações e movimentos de cidadãos e na mídia, ação que visa expor os erros do governo, trazendo novas questões para a agenda pública, ou o funcionamento ativo das agências horizontais. Utilizar ferramentas institucionais e não institucionais. A ativação de demandas judiciais ou reclamações perante órgãos de controle é um exemplo de recursos institucionais; as mobilizações sociais e conjugais ilustram alguns dos não institucionais (cuja eficácia assenta em sanções simbólicas. (O'DONNELL, 2001, 7: 11-34, tradução nossa).

Esse novo conceito de *accountability* societal vem para somar de forma significativa. O conceito de *accountability* vertical proposto posteriormente por O'Donnell, incluindo, então, nesta dimensão uma série de ações que podem ocorrer não apenas no processo eleitoral, mas também entre os processos, com a utilização de ferramentas institucionais, advindas da participação da sociedade, por meio de movimentos, associações, movimentos e mídia, com o objetivo de tornar os atos do governo mais transparentes, expondo as falhas, trazendo novas questões para a pauta pública ou influenciando decisões políticas a serem aplicadas pelos órgãos públicos. (PONTES, 2008)

Já outros autores trazem mais modalidades de *accountability*, a princípio conceituado e classificado por O' Donnell (1998 e 1999) como vertical e horizontal, posteriormente foi incorporado a social (PERUZZOTTI; SMULOVITZ 2002).

Atualmente outras formas de *accountability* é apresentada na literatura, como apresentado na Figura 1, a seguir.

Figura 1 - Tipos de *accountability*



- (1) *Accountability* Horizontal (O'Donnell, 1998).
- (2) *Accountability* Vertical (O'Donnell, 1998).
- (3) *Accountability* Societal Pro Horizontal (Peruzzotti e Smulovitz, 2002).
- (4) *Accountability* Societal Pro Vertical (Peruzzotti e Smulovitz, 2002).
- (5) *Accountability* Transversal Social (Isunza, 2006; Goetze Jeankins, 2001).
- (6) *Accountability* Transversal Cidadã (Gurza e Isunza, 2010).
- (7) *Accountability* Cidadã Pro Horizontal (Gurza e Isunza, 2010).
- (8) *Accountability* Social Cidadã (Gurza e Isunza, 2010).

Fonte: Gurza e Isunza (2010)

O presente estudo aborda o tipo estado/sociedade que ocorre quando os cidadãos recebem e compreendem as informações e argumentos do Estado que os levam a avaliação, tomada de decisão e sanção de processos de uma determinada política. Do mesmo modo que os agentes públicos prestam conta de suas ações para a sociedade (ROCHA, 2011). Esse tipo de *accountability* pode ser denominada como vertical na medida em que envolve diferentes atores e setores que exigem prestação de contas (SCHEDLER, 2004).

Rocha (2011) diz que a sociedade tem o poder de premiar ou de punir os seus representantes por meio do voto, retirando ou atribuindo o poder aos agentes públicos no período eleitoral. Contudo há uma baixa efetividade nisso, pois as eleições ocorrem apenas de tempos em tempos (BODART, 2015).

Para a realização da publicidade dos seus atos os agentes públicos utilizam diversos instrumentos para se comunicar com a sociedade tais como a internet e redes sociais, nesses meios comunicativos é possível produzir, publicar, compartilhar e

comentar acerca dos conteúdos ali postados, além de disseminar informação ainda é possível a participação popular (SILVA; ALMEIDA, 2014). Para Silva et al. (2018), dessa forma pode-se identificar que a *accountability* pode ser praticada no dia a dia pelos agentes públicos através das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) como por exemplo as redes sociais que serve como instrumento de comunicação para que os agentes públicos possam apresentar seus atos e receber o feedback da população.

Martins, Santos, Sell e Bastos (2016), dizem que, no mundo contemporâneo, as facilidades tecnológicas construíram relações diferentes em vários pontos da sociedade. Nesse sentido, os autores afirmam que os governantes vêm utilizando-se das tecnologias como forma de suprimir o acesso à informação e por consequência gerar transparência à população. As redes e mídias sociais caminham para se consolidar como espaço de diálogo crítico da prestação de contas (SCHEDLER, 2004).

Segundo Xavier (2011), na *accountability* vertical, a metáfora espacial tem como fim descrever as relações de poder. A verticalidade é usada para mostrar uma relação hierárquica, em que no topo se encontra quem detém o poder, e, na base, quem delega o poder. Em suma, a *accountability* vertical descreve uma relação entre desiguais, entre superiores e subordinados, entre principais e agentes. A *accountability* vertical descreve um vínculo entre desiguais, entre superiores e subordinados, Schedler (2004).

Ceneviva (2006) diz que, a *accountability* vertical refere-se às atividades de fiscalização dos cidadãos e da sociedade civil que procuram estabelecer formas de controle ascendente sobre governantes e burocratas. Já O'donnell (1998), diz que a existência da *accountability* vertical se dá por meio de eleições razoavelmente livres e justas, reivindicações sociais sem censura, e cobertura regular pela mídia ao dos atos supostamente ilícitos de autoridades públicas. O'Donnell (1998, p. 28), define *accountability* vertical como “[...] ações realizadas individualmente ou por algum tipo de ação organizada e/ou coletiva, com referência àqueles que ocupam posições em instituições do Estado, eleitos ou não”.

A existência da *accountability* vertical assegura que esses países são democráticos no sentido de que os cidadãos possam exercer seu direito de participar

da escolha de quem vai governá-los por um determinado período e podem expressar livremente suas opiniões e reivindicações. (ARAÚJO, FINGER, 2021).

A *accountability* vertical se trata de uma ação entre desiguais, dado que ela vai do cidadão para o representante, em outras palavras, de baixo para cima, estando envolvido neste processo o povo e a mídia, afirma Silva (2017). Martins (2015) diz que a respeito à nesse processo de avaliação e responsabilização que acontece entre a sociedade e o estado haverá uma relação de *accountability* nitidamente vertical.

Tabela 2 - Tipos e ferramentas de comunicação e informação que podem ser utilizadas na *accountability* vertical.

Quadro 2 Tipos de comunicação

TIPOS DE COMUNICAÇÃO	FERRAMENTAS	AUTORES
Síncrona	Chat	Cabeda (2005).
	Vídeo conferência	Raupp e Pinho (2012); Pereira (2002).
	Reunião de bairro	Silva et al. (2018).
	Programa de rádio	Moura e Kneipp (2017).
	Audiências Públicas	Raupp e Pinho (2012); Sales e Campos (2017).
Assíncrona	Rádio.	Moura e Kneipp (2017).
	Carros de som.	Silva et al. (2018).
	Portais da <i>Internet</i> .	Andrade (2014).
	Redes Sociais	Pereira Neto e Borges, (2017).
	<i>Banners</i>	Silva et al. (2018).
	Murais.	Martins (2015).
	Aplicativos	Maffessoni (2014); Andrade (2014).
	E-mail	Carlomagno, Braga e Sampaio (2018).
	Fóruns Eletrônicos	Gomes (2005); De Freitas, Lima e Lima (2015).
	Jornais e Revistas	Ribeiro, Borba e Hansen (2016).

Fonte: Adaptado de Silva (2018).

Cabeda (2005) entende que a interação síncrona mediada através de um computador é amplamente denominada como sendo Chat ou Bate-papo, sua possível origem se dá pelo denomino da comunicação via rede, conhecido como Internet Relay Chat. Os chats permitem que haja uma conversação, um diálogo entre duas ou mais pessoas em tempo real (SILVA, 2018). Desta forma, o Chat permite a interação entre duas ou mais pessoas. O autor anterior, afirma que o chat ou bate-papo pode ser utilizado na responsividade – responder às demandas dos cidadãos – e é uma possibilidade para a justificação da *accountability* para a prestação de contas, à medida que utiliza a chats, facilita a obtenção de feedback da sociedade acerca dos atos realizados pelos governantes.

Pereira (2002) conceitua videoconferência como a interação por meio de vídeo e áudio entre os participantes.

A prestação de contas pode ser realizada através de videoconferências, uma vez que este recurso propicia uma interatividade de forma similar a um diálogo pessoal entre o agente público e a sociedade, podendo inclusive apresentar uma vantagem, pois dispensa que os envolvidos estejam no mesmo espaço físico. SILVA (2018, p21)

As audiências públicas são apontadas como meio de realização de *accountability* (SILVA, 2018), pois proporcionam a participação da sociedade em debates de temas nevrálgicos (SALES, CAMPOS, 2017) ligados a diversos temas como saúde, educação, moradia e outros.

Uma outra forma de realização de *accountability* apontada por Silva (2018) é a reunião de bairros, que permite a interação entre o agente público e a população de modo presencial. O autor anterior, ainda aponta que uma das vantagens é o deslocamento até a população. Desta forma, o agente público, passa a ter um contato mais próximo da população que podem questionar sobre as suas ações e os questionados responderem às suas ações.

O rádio é uma outra possibilidade de *accountability*, principalmente em regiões onde o acesso à internet ou outros meios são difíceis de se chegar (SILVA, 2018). O autor reforça ainda, esta possibilidade por meio das ferramentas WhatsApp e ligação telefônica no momento do programa de rádio, permitindo, assim, a interação entre o agente público e o (a) cidadão (cidadã).

Todas as alternativas apontadas anteriormente, são consideradas por Silva (2018) e Silva, Olavo e Andrade (2022) como sendo síncronas, ou seja, aquelas que permitem a interação quando o agente público está realizando a sua *accountability*.

As ferramentas assíncronas, são aquelas que não permitem a interação quando está ocorrendo publicidade do ato (SILVA, 2018; SILVA; OLAVO; ANDRADE, 2022).

Silva et al (2018), comparam os carros de som com ferramentas assíncronas, tal qual o rádio, que é capaz de realizar publicidade e que não possibilita a participação do ouvinte. Desta forma, os (as) cidadãos (cidadãs) devem utilizar outros meios para a interação com o agente público que realizou a prestação de contas, que podem ser síncronos ou assíncronos.

Os portais de transparência são meios para a realização de *accountability* de modo assíncrono (SILVA, 2018; SILVA; ANDRADE; OLAVO, 2022). Nesta ferramenta,

é publicizado, os custos das ações dos agentes públicos. Destaca-se que o site é acessível à população que possuem conhecimentos básicos de informática e a navegabilidade de internet.

As redes sociais digitais são apontadas por Silva (2018), Silva, Olavo, Andrade (2022), Veigas et al., (2022). Com a popularização da internet, estes autores apontam que as redes sociais como Facebook e Instagram e outras, têm sido espaços para apresentação e discussão de ações públicas, muitas das vezes, de modo direto, por meio página do agente público eleito ou não eleito. Desta forma, são tecidos comentários, compartilhamentos e/ou replicação das ações. Contudo, Silva (2018), Silva, Olavo, Andrade (2022) apontam que nem sempre esta ferramenta está disponível para as pessoas.

Silva (2018), Silva, Olavo, Andrade (2022) apresentam ainda os banners, cartazes e o diário oficial como uma forma de apresentação das ações realizadas pelos agentes públicos eleitos e não eleitos. Para os autores, quando estas ferramentas estão disponíveis em locais estratégicos, apresentam à população as ações realizadas. Atualmente, a redes sociais, tem sido um meio utilizado como um mural eletrônico, para a publicidade dos atos de ações.

Os e-mails eletrônicos, que funcionam de acordo com Carlomagno, Braga, Sampaio (2018) troca de mensagens entre as pessoas é considerado por Silva (2018), Silva, Olavo, Andrade (2022) como uma ferramenta de *accountability* e possibilita a interação individualizada entre cidadãos e agentes públicos.

Os fóruns eletrônicos de discussão são apresentados por Silva (2018), Silva, Olavo, Andrade (2022) como possibilidades de realização de *accountability* assíncronos. Nestes espaços, de acordo como De Freitas, Lima e Lima (2015) podem ser realizados discussões, compartilhamento de informações, discussão e sugestões de propostas de leis. Desta forma, os agentes públicos, podem apresentar as suas ações e/ou possibilidade de ações para a população que podem sugerir melhorias da proposta ou apresentar o grau de satisfação com a ação.

Os jornais e revistas, sejam elas impressas ou digitais, são apresentadas por Silva (2018), Silva, Olavo, Andrade (2022) como um meio para a realização de *accountability*. Assim, os agentes públicos podem participar de entrevistas, noticiar pregões eletrônicos, assim como seus resultados. Por outro lado, a população também pode cobrar os agentes públicos ações e/ou resultados das ações.

O modelo proposto por Silva (2018), Silva, Olavo, Andrade (2022) foi utilizado neste estudo para a compreender as ferramentas de comunicação que é identificado pela população para a realização de *accountability* vertical.

3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Nesta seção, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para a realização desta pesquisa, versaremos sobre os aspectos metodológicos, população e amostra, análises dos dados e local de estudo.

3.1 ASPECTOS METODOLOGICOS

Este estudo parte da natureza exploratória e descritiva.

A pesquisa exploratória ocorreu por meio de uma revisão de literatura sobre o tema, assim como, conversas com pessoas da comunidade sobre a forma de prestação de contas entre o Estado e a Sociedade. A pesquisa bibliográfica, que para Marconi e Lakatos (2018) tem como objetivo “[...] colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”. A pesquisa bibliográfica permitiu ao pesquisador realizar o levantamento teórico de artigos, livros e teses dos conceitos abordados neste estudo. Para Andrade (2010) a pesquisa bibliográfica é uma habilidade fundamental nos cursos de graduação visto que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Para todos os tipos de pesquisas é necessária uma pesquisa bibliográfica preliminar, ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação de um tema ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações e na apresentação das conclusões.

A pesquisa descritiva, ocorreu com apresentação dos resultados com base nos objetivos específicos, que são apresentados no capítulo seguinte.

Quanto a abordagem, este estudo se apresenta como uma pesquisa quali-quantitativa (mista). Desta forma, foram combinados elementos de pesquisa quantitativa e qualitativa. A pesquisa quantitativa foi realizada por meio de um levantamento de dados utilizando um questionário estruturado, que permitiu a coleta de informações numéricas sobre as variáveis de interesse. Esse método permite a análise estatística dos dados (CRESWELL, 2014; MALHOTRA, 2010). Assim, foram elaboradas questões com escala Likert de até 5 pontos, com o objetivo de verificar os meios de *accountability*.

A pesquisa qualitativa foi conduzida por meio de entrevistas dentro do mesmo questionário, que possibilitou a obtenção de informações ricas e detalhadas sobre as percepções e experiências dos participantes em relação às práticas de *accountability* realizadas pelo poder executivo municipal (BOGDAN; BIKLEN, 1994; PATTON, 2015).

A utilização de abordagens mistas permite uma compreensão mais abrangente e aprofundada do objeto de estudo, explorando tanto aspectos quantitativos quanto qualitativos e enriquecendo a análise dos resultados (CRESWELL; PLANO CLARK, 2018). Como técnica de pesquisa qualitativa, foram utilizados roteiros de entrevistas semiestruturadas, que permitiram uma abordagem flexível e aprofundada dos temas investigados. Para isso, foi utilizado a gravação de voz por meio da utilização de aplicativos, com antecedência da permissão dos participantes do estudo. A entrevista foi conduzida por um questionário com perguntas abertas e fechadas sendo 9 (nove) o número de perguntas abertas e 4 (quatro) o número de perguntas fechadas.

O roteiro de entrevista semiestruturada com as questões abertas e fechadas são apresentadas no anexo A.

A entrevista ocorreu no período de 01 a 10 de junho de 2023, nas dependências do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas. De modo específico, a coleta de dados ocorreu em locais como Hall, laboratório de administração, salas de aula, bloco antigo e etc.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Como população do estudo, foram eleitos os discentes matriculados no Curso de Bacharelado em Administração do INC no semestre 2022/2, que fossem residentes a pelo menos 2 anos na cidade de Benjamin Constant – AM. A escolha deste público ocorreu pela familiaridade com o tema a partir do seu processo de formação. Cabe destacar que no curso Bacharelado em Administração do INC/UFAM é ofertada de modo obrigatório a disciplina de Administração Pública, que aborda de modo geral, aspectos ligados a *accountability*.

Como opção para amostra, foi feita escolha por conveniência, a partir do critério estabelecido. Ressalta-se que 5 alunos recusaram a participar da pesquisa por seus motivos particulares. Os critérios de inclusão e exclusão que ajudaram a delimitar os participantes foram discentes do curso de administração residentes na cidade de

Benjamin Constant a pelo menos 2 anos, sendo assim uma parcela considerável de alunos foram descartados por não cumprirem as especificações necessárias para obterem conhecimento acerca do tema em questão. Dessa forma os números de participantes da entrevista foram de 30 estudantes.

Os participantes do estudo têm em média 24 anos, sendo 23 do gênero masculino e 7 femininos. 6 participantes do estudo, cursavam a época da pesquisa o do 2º período, 13 alunos do 7º período e 11 alunos desperiodizados, ou seja, não estão fora do período normal de concretização dos créditos disciplinares. 5 dos participantes do estudo possuem cursos técnicos.

3.3 TRATAMENTO DE DADOS

Posteriormente as transcrições dos áudios das entrevistas foram realizadas utilizando o recurso de reconhecimento de voz disponibilizado pelo Google Docs. Esse método de transcrição automática tem se mostrado uma alternativa eficiente e acessível para converter o conteúdo falado em texto escrito (NEUENDORF, 2016). O Google Docs, ao utilizar a tecnologia de reconhecimento de fala do Google, é capaz de transcrever áudios de maneira relativamente precisa, fornecendo uma base inicial para a transcrição textual (FRISCHMANN, 2019). Porém, é importante ressaltar que as transcrições automáticas podem conter erros e imprecisões, especialmente em relação a nomes próprios, termos técnicos ou sotaques regionais (WITTENBERG et al., 2017). Dessa forma, todas as transcrições geradas automaticamente pelo Google Docs foram revisadas e corrigidas manualmente pelo pesquisador, garantindo a fidelidade e a confiabilidade dos dados coletados.

Para este estudo, será utilizado para análise quantitativa o método apresentado por Bardin (2006), que aponta três elementos, a saber: a) pré-análise, análise e descrição dos resultados.

A pré-análise ocorreu por meio de uma leitura superficial das entrevistas no momento da correção dos áudios. Destaca-se que as categorias de análises e subcategorias foram definidas a priori, ou seja, antes da realização do estudo.

A etapa de análise, ocorreu após as transcrição, por meio de uma leitura aprofundada, em que foram destacadas as falas conforme as categorias de análise. Por fim, foi realizada a transcrição dos resultados.

Um outro ponto a ser destacado, para garantir o anonimato dos participantes do estudo, optou-se por realizar a codificação dos participantes, assim, estes foram representados pela letra P, seguido de um número de 1 a 30.

3.4 ÁREA DE ESTUDO

Esta pesquisa foi desenvolvida no município de Benjamin Constant – AM que se localiza na microrregião do Alto Solimões. A pesquisa foi realizada com os discentes do curso Bacharelado em administração do INC, dentro das dependências do campus entre os dias 01 de junho e o dia 07 de junho.

Figura 2 - Imagem de satélite da Universidade Federal do Amazonas - Instituto de Natureza e Cultura-INC.



Fonte: Google Earth (2023).

O Curso de Administração no INC/UFAM, surgiu em 2006, com o Programa de Expansão conhecido como REUNI. Atualmente o Curso possui aproximadamente 230 alunos sem evasão.

A seguir é apresentado os resultados deste estudo.

4 RESULTADOS E ANÁLISES

4.1 O ENTENDIMENTO DA POPULAÇÃO A RESPEITO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS NO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT – AM

Para compreender as ações de *accountability* no município de Benjamin Constant buscamos inicialmente verificar o entendimento dos participantes do estudo quanto o conceito de prestação de contas, no qual apresenta duas subcategorias, prestação de contas no sentido financeiro e prestação de contas no sentido de ações

A necessidade de prestação de contas no sentido financeiro é a mais comum no entendimento da população, que foram mencionadas pelos participantes.

Tudo aquilo que o município gasta com o dinheiro público então eles precisam relatar detalhadamente o que foi feito com aquele dinheiro. PP1

Vai como a própria palavra diz, prestação de contas públicas, se refere ao erário do governo, por exemplo que é gastado, eles têm que colocar, vem dinheiro destinado para prefeitura, eles têm que mostrar e demonstrar para qual finalidade foram gastos esses recursos. Se estão gastando de maneira correta, se estão economizando, né? Ou se estão gastando a mais e não estão prestando um serviço de qualidade na prestação de contas públicas (PP04)

No meu entendimento, prestação de contas públicas é que o governante vai dar satisfação do que ele gasta um para o povo, as pessoas. Por exemplo, o portal da transparência, isso aí tem tudo tem tudo a ver (PP07)

Prestação de contas públicas vindo de gestores municipais que são os prefeitos de forma geral e também da forma política, né? A gente sabe que é tudo aquilo que eles fazem com os recursos que são passados pelo governo, de acordo com o que a gente aprende na administração enquanto a gente está estudando. No meu ponto de vista, é isso, prestação de contas públicas é aquilo que o gestor municipal, estadual ou federal tem que mostrar de maneira transparente para nós, qual que somos cidadãos, por meio de nossos recursos, que nós somos donos dos recursos, que é o povo. Para ver se eles fazem o uso, né? O bom uso daquilo que já é tem como previsto na gestão municipal, na gestão de maneira geral (PP15)

Prestação de contas públicas é a gestão municipal assegurar a transparência sobre os recursos, onde estão sendo gastos e de qual forma e se estão sendo dados de forma adequada (PP16)

Referente ao nosso município, prestar contas se refere a você informar tudo que o município arrecada, de onde vem e para que estão sendo utilizadas (PP18)

Conforme mencionado acima pelos participantes, nota-se o que entendimento de prestação de contas como sendo publicidade dos gastos com o dinheiro público, dar satisfação dos gastos públicos para a população, informar a população de onde vieram os recursos e para qual finalidade eles são, existe também o entendimento que seja um meio de comunicação que a gestão municipal possa utilizar para assegurar a transparência do uso dos recursos e por fim, notou-se nas falas também uma preocupação com o mau uso desses recursos, se são usados de forma correta e se a prestação de serviços da prefeitura é de qualidade, tendo em vista que é inerente dos recursos públicos.

Segundo Costa (2014) a prestação de contas é uma prática já precedente. Na Grécia antiga já havia análises contábeis dos agentes públicos e a análise das acusações da população referente à má gestão dos recursos públicos. Albuquerque et al (2007) diz que o termo *accountability* não tem uma tradução literal para o português. Há um consenso entre muitos autores que não existe um único sentido para o termo *accountability*, pois a partir de abordagens diferentes temos diferentes significados (LIMA; CAMPOS, 2010; ROCHA, 2010; ROCHA et al., 2012; ZAPELINI, 2012; VIEIRA; PEREIRA, 2013;).

Zapelini (2012) diz que o termo *accountability* é derivado do latim e é composto por *ad+computare* que significa “contar para, prestar contas a dar satisfação a, corresponder à expectativa de”. Daí a escolha do termo “prestação de contas” no lugar de *accountability* para uma melhor compreensão do participante.

Além do entendimento financeiro sobre o conceito de *accountability* na visão dos participantes, outra modalidade também abordada pela população foi a prestação de contas por meio de ações.

O poder público tem que dizer no que está sendo gasto o dinheiro público, tem que ser transparente com a população, os porquês e os motivos de estar direcionando o recurso para determinado local, evento, cinema, teatro, algo que contribua para o bem-estar do povo, algo que venha a beneficiar a maioria (PP02)

Pode se dizer que a prestação de contas públicas pode ser tipo fazer um levantamento daquilo do que foi gasto do dinheiro público, se foram beneficiadas as necessidades sociais, por exemplo, tudo o que foi gasto pelo pela gestão pública para atender as necessidades sociais (PP05)

Prestação de contas é você formalizar tudo aquilo que foi gasto com o município com a população, os investimentos em pavimentação das ruas, saneamento básico, saúde, educação. (PP09)

O órgão público tem que dizer aonde que foi investido o dinheiro que vem para o município, para onde que foi, se foi para fazer rua, se foi para fazer algum projeto social. Tem que fazer a prestação desse dinheiro que vem para o município, tem que expor o que foi gasto. (PP17)

Conforme dito acima, podemos perceber que além da preocupação financeira em relação a contas públicas que foi algo unânime entre os participantes, há também falas a respeito de prestação de contas como uma forma de ser transparente com a população e houve também falas sobre prestação de contas como sendo feita a partir de ações, sejam elas, na infraestrutura da cidade, na educação, na saúde, em projetos sociais, ações para o bem-estar do povo em forma de lazer social e em ações que visam beneficiar a maioria.

Filgueiras (2011) diz que as ações voltadas para a prestação de contas públicas, transparência e *accountability* visam garantir a boa governança pública, assegurando o acesso às informações a respeito do comportamento das instituições públicas. Partindo para outro ponto comum em algumas respostas, a preocupação com o uso dos recursos, Romagnoli e Romagnoli (2015) dizem que na *accountability* pode se identificar 3 formas de básicas de prevenção de abuso de poder, são elas: 1) sujeitar o poder ao exercício das sanções; 2) obrigar que este poder seja exercido de forma transparente e 3) forçar a justificativa dos atos dos governantes.

Em relação as respostas dos participantes sobre *accountability* de uma forma menos financeira, Quiñones (2011) e Herrera (2011) dizem que é direito do cidadão saber as ações do governo ou qualquer agente público, portanto, a *accountability* evolve a prestação de contas obrigatória e política, sendo um dever do Estado e os cidadãos devem assumir o papel de cobrar e monitorar as ações.

Com o intuito de compreender a importância da *accountability* no poder público para os participantes, além do consenso geral de que é sim importante para o poder público, destaca-se também a questão clareza e exposição dos gastos públicos feitos com os impostos pagos pela população.

Sim, com certeza. Tem que demonstrar mesmo, o dinheiro não é do poder público, eles apenas estão lá, o povo tem o direito receber essas informações sobre a prestações de contas devido o povo pagar os impostos. (PP03)

Na minha opinião serve como um bom feedback para a gestão pública. Por meio delas é possível uma avaliação do público, do povo, da população para o governo. (PP05)

Sim, prestação de conta da sociedade de saber como são investidos os dinheiros arrecadados por meio dos impostos. (PP09)

Creio que sim, né? Porque se a pessoa não prestar contas, ninguém vai saber o valor exato que está sendo investido na cidade, o valor que o governo manda para os municípios. (PP11)

Sim, porque aí a população vai ficar sabendo onde foi investido, onde foi gasto, e através disso, eu creio que ela poderia cobrar os órgãos municipais terem feito um bom trabalho naquilo que estão falando” (PP12)

Sim, porque manter o povo a par de tudo é essencial, né? A população saber de que forma está sendo usados os recursos pela gestão que ela elegeu. (PP17)

Sim, com certeza. Porque a partir disso vai ter uma transparência no que está sendo utilizado e assim minimizando riscos de corrupção. PP24

Sim, importante para que não haja desvio de verbas públicas para fins pessoais dos servidores da administração pública. PP25

Sim é importante até por que entra nos princípios da administração pública, não estou lembrado agora, mas tem que ter a transparência, tem a legalidade, a impessoalidade, moralidade, não lembro de todos, mas é sobre isso, essa transparência ajuda a sociedade em geral por que a gente quer saber o que essas pessoas estão fazendo com o dinheiro que eles estão recebendo. (PP30)

Como afirmam as palavras dos participantes, a importância da *accountability* no setor público é enorme, pois é direito da população saber das contas públicas, saber o que é feito com os recursos públicos visto que é arrecadado impostos, é importante para manter a população a par das contas públicas, é uma forma de fazer uma gestão transparente de forma com que minimize ou evite a corrupção dentro da gestão, a prestação de contas pode ser usada também como um feedback para os governantes dependendo da satisfação da população já que os agentes públicos foram eleitos pelo povo, por fim, a *accountability* foi dita como um princípio da administração pública visto que vai de encontro ao princípio da publicidade.

Como já dito acima, Quiñones (2011) e Herrera (2011) falam que é direito do cidadão saber as ações do governo ou qualquer agente público, para isso existe a Lei nº12.527/2011, que se refere ao acesso às informações dos órgãos e entidades públicas que demandam de recursos públicos para qualquer pessoa seja ela física ou jurídica, sem precisar de motivos para solicitar o acesso à tal informação (BRASIL, 2011).

Partindo para o princípio administrativo da publicidade, Silva (2014) e Almeida (2014) dizem que os agentes públicos para realizar a publicitação dos seus atos, disponibilizam de vários instrumentos para se comunicar com a sociedade, dentre eles, a internet e redes sociais.

Com o objetivo de adquirir respostas em relação as respostas do poder executivo quando questionado as práticas de prestação de contas, obtive duas respostas, a maior parcela dos participantes disse que o poder executivo “não responde” enquanto uma parcela menor dos participantes disse que “responde sim”. A seguir as respostas que dizem “não”.

Ao meu ver, na maioria das vezes não responde. (PP03)
 Seria para responder, não é? Mas eu vejo que não é um hábito da população fazer esse questionamento do poder público, então eu acredito que não responde. (PP06)
 Acredito que só fazem quando a população questiona, fora de questionamento eles não fazem, só prometem. (PP07)
 Eles só falam que foi investido em saúde, educação de segurança, só isso que eles falam, aí que está o problema, só falam da boca para fora, mas não aparece onde que foi investido. Eles até respondem, mas a resposta não é satisfatória. (PP12)
 Eu nunca observei o poder executivo respondendo as questões, então eu não posso dizer se que sim e de que forma, mas ao meu ver, leigo, eu não. Eu não vi o município dando essa resposta. PP27

Por outro lado, alguns respondentes, apontam de modo positivo quanto as respostas relacionadas a responsividade do poder executivo municipal, como apresentado, a seguir:

Sim responde, mas em questão de falar sobre as obras que são um bem para todos, essa resposta vem em forma de serviços para a comunidade, segurança, infraestrutura, saneamento básico. (PP14)
 Responde eu acho que sim, mas, através ofícios, mas eu acho que é só para amenizar o que estão cobrando. (PP18)
 Acredito que pela rádio, o prefeito tem um programa na rádio e eu acredito que por aquele canal ele pode atender as pessoas e responder quando for questionado. (PP24)

Como pode ser observado acima, há um consenso na dificuldade de o poder executivo municipal fornecer informações de prestação de contas além do fato da falta de procura da própria população fazendo com que a partir disso seja desafiador uma comunicação entre poder e povo, e quando o poder executivo responde é por meio de obras públicas e serviços para a comunidade, porém, como relatado acima, não é de forma satisfatória.

Para que ocorra a *accountability* são precisos 3 elementos, dois deles são apresentados por Scheldler (1999) e um é apresentado por Ackerman (2005), porém para esse parágrafo em específico utilizarei apenas 1 elemento de cada autor, Scheldler diz que um dos elementos necessários para a *accountability* é a capacidade de respostas dos governos (*answerability*), ou seja, a obrigação dos oficiais públicos informarem e explicarem seus atos, já Ackerman diz que o terceiro elemento é a *receptiveness*, a capacidade de respostas dos agentes públicos aos cidadãos. Dito isso podemos entender que as respostas advindas do poder executivo é algo que de tão importante para a prestação de contas nem deverias precisar ser cobrado pela

população, porém não é isso que podemos perceber através das respostas dos participantes.

Com o objetivo de identificar a visão dos entrevistados em relação as sanções públicas, obtive as seguintes respostas.

Eu vejo que ocorrem sim, através de fiscalizações, eles identificam os erros e irregularidades, isso causa medo no administrador público e assim ele não faz nada de errado. (PP1)

Através da lei, das legislações, causa temor em prefeitos ou vereadores, dessa forma ocorrem as sanções. (PP2)

Para mim ocorre tipo uma assembleia juntando os vereadores o poder executivo para resolver alguns problemas, mas diferente disso, eu não vi ainda. Mas acredito eu que esse tipo de sanções referente a prestação de contas do poder público, é através, por exemplo, quando acaba o mandato gestor público, se resolvem na eleição de outro ou então na reeleição do mesmo gestor público. Para mim o mais visível é quando acaba o mandato e as pessoas veem, “ah, ele trabalhou fez tantas obras então a gente vai reeleger ele”. É o povo que faz esse trabalho de sanção, para mim a sanção vem do povo, mas do ministério público nunca vi, acho que falta rigidez. (PP4)

Acho que ocorrem sim, através da população, do voto, se eles (governantes) não fazem essa prestação de contas, isso gera uma revolta na população e aí eles trocam as pessoas que estão no poder, para buscar melhorias para o município. (PP7)

Eu não vejo, não vejo isso acontecer, na maioria das vezes a gente vê um grupo de vereadores muito unido com o prefeito e não tem aquela fiscalização correta. (PP12)

Do meu conhecimento as sanções são a inelegibilidade do gestor e também punições no âmbito do código penal a partir de algo que ele tenha cometido, se for detectado. (PP15)

Não sei dizer ao certo como acontece isso, como a gente pode ver aqui no município, eles fazem tudo na “cara lavada” e eu não vejo punição. (PP16)

Nessa questão, cerca de 33,33% dos participantes não souberam ou se recusaram a responder à pergunta, partindo deste ponto, podemos ver que são poucas as pessoas que detêm conhecimento referente as sanções públicas, dos poucos que sabem responder, foram levantadas as sanções advindas das fiscalizações de vereadores e do ministério público e também através do voto, houve também as respostas que disseram que não ocorre nem um tipo de sanção aqui no município de Benjamin Constant.

Romagnoli e Romagnoli (2015) dizem que o termo *accountability* se separa em duas conotações básicas, uma delas é a capacidade de resposta dos governos, ou seja, a obrigação dos agentes públicos informarem e explicarem os seus atos, e a outra é a capacidade das agências de *accountability* imporem sanções e perda de poder para os que violarem os públicos. Nas palavras do autor “a noção de *accountability* é basicamente bidimensional: envolve a capacidade de resposta e a capacidade de punição” (ROMAGNOLI; ROMAGNOLI, 2015, p. 7).

Scheldler (1999) apresenta dois dos três elementos necessários para que ocorra a *accountability*, esse elemento é o enforcement que é a capacidade das agências de *accountability* imporem sanções e perda de poder. *Accountability* é a capacidade que a população tem de impor sanções dos seus governantes, reconduzindo aqueles que foram satisfatórios e destituindo aqueles que foram insatisfatórios (MIGUEL, 2005). A partir do aporte teórico podemos entender que o poder de sanção advindo do povo em forma de voto é um dos três elementos chaves para a realização da *accountability*.

4.2 FERRAMENTAS UTILIZADAS PELO EXECUTIVO MUNICIPAL PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS PERCEBIDAS PELA POPULAÇÃO.

Procurando entender sobre as ferramentas de *accountability* que a população consegue perceber que sejam utilizadas pelo poder executivo municipal em Benjamin Constant, para tanto as respostas dos participantes foram separadas nas seguintes categorias: Percepção da população em relação as ferramentas utilizadas para a *accountability*; Identificar as ferramentas de *accountability* utilizadas para a prestação de contas; verificar a eficácia do uso das ferramentas de comunicação na prestação de contas e quais são as mais eficazes; verificar a acessibilidade das ferramentas utilizadas na prestação de contas.

Buscando compreender o entendimento da população em relação como eles entendem que é feita a prestação de contas realizados pelo prefeito e secretários do município de Benjamin Constant, obtive as seguintes respostas.

Site da prefeitura, Sessões da câmara. (PP01)

O prefeito quando anuncia algum festejo, ele vai a rádio ou quando faz um banner ele já faz a prestação de contas, se tem alguma vacinação o prefeito vai a rádio, nas redes sociais, usam isso para poder chegar as pessoas, para poder chegar essas informações. (PP02)

Ela é feita através do site da prefeitura e das redes sociais. (PP03)

Eu já ouvi no rádio uma audiência pública. (PP06)

Através de audiência pública e rádio. (PP07)

Eu acredito que essa prestação de contas é mais para esclarecimento da sociedade, onde o dinheiro está sendo investido, se realmente agrada a população, eu acredito que o dinheiro vem para algumas obras e deve esclarecimentos para a população. (PP08)

Eu acho que a prestação de contas do município é feita hoje, mais através dos atos e mostrar os resultados, não é? Então eles acabam focando mais na forma de divulgação, avisando em rádios, nos eventos de inauguração das

coisas dele lá, escola, UBS, e eu acho que ele tem uma certa forma, é uma prestação de contas com a sociedade. (PP09)

Para essa questão houve bastante, abstenção quanto as respostas, cerca de 50% dos participantes não souberam responder ou não quiseram responder. Das respostas obtidas, uma parcela dizia a respeito de ferramentas de comunicação utilizadas para a realização de prestação de contas, enquanto a outra parcela falava de como os entrevistados veem essa prestação de contas acontecer.

Das ferramentas citadas pelos participantes a rádio, audiências públicas e redes sociais foram as mais mencionadas como forma de informar a população acerca do que é feito com as contas públicas, obras e campanhas de vacinação (saúde). Raupp (2012) e Pinho (2012) dizem que as audiências públicas são ferramentas presenciais de comunicação e por tanto proporcionam a participação da sociedade.

Moura e Kneipp (2017) dizem que a rádio já foi responsável por transmitir informações a populações mais distantes e remotas. Levantado essas ferramentas podemos perceber a importância delas para a *accountability*, tendo em vista a participação da população e o alcance que a rádio proporciona.

Nesta subcategoria buscamos identificar quais as ferramentas de comunicação utilizadas pela prefeitura de Benjamin Constant os participantes conseguem identificar.

Sites, sessões públicas na câmara, comunicação informal, rádio, banner, redes sociais, carro volante, pessoas passam para avisar. (PP01)

Portal da transparência, redes sociais. (PP03)

Há muitas ferramentas, hoje em dia a internet está aí para mostrar que não só o veículo de jornais e TV que se pode informar, muitas vezes eles não falam tudo aquilo aí por meio de rádios, Facebook, WhatsApp vem sendo muito divulgado tudo que o governante vem realizando durante seus mandatos. (PP4)

Consigo identificar a rádio, redes sociais e o site da prefeitura. (PP07)

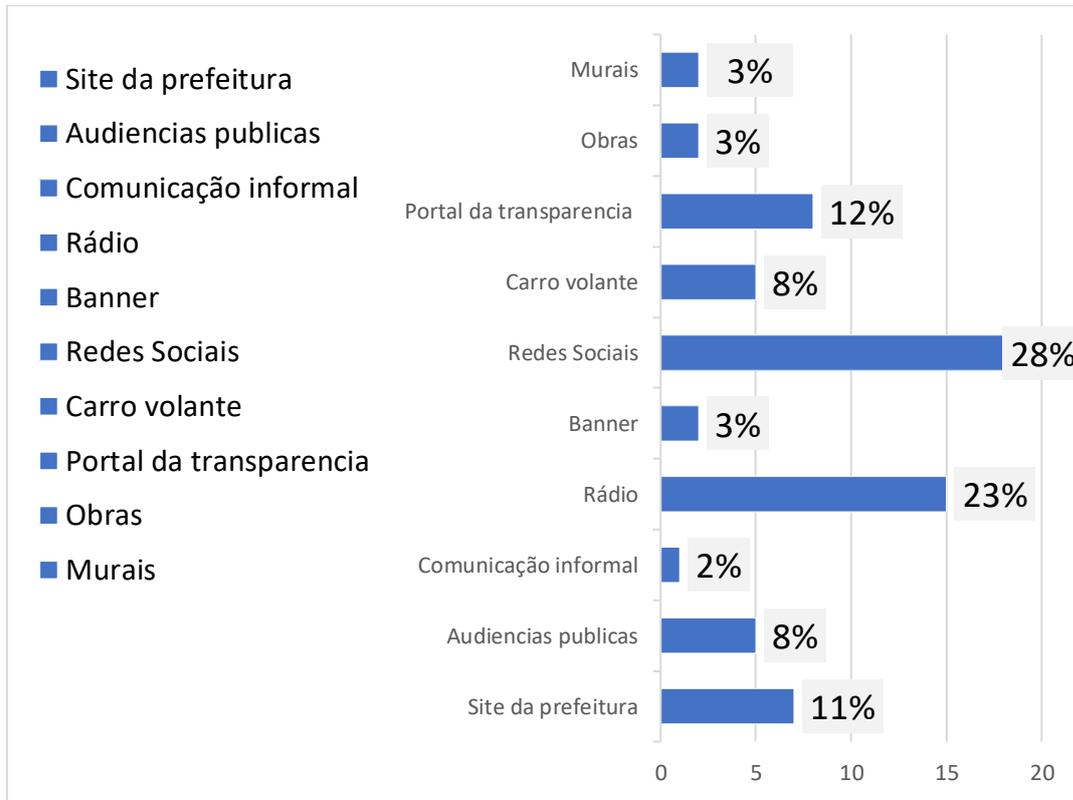
Audiência pública, rádio, redes sociais, as informações que ficam nos banners das obras públicas. (PP08)

Reuniões na câmara municipal com a participação da população, também pela rádio, aquele horário que o prefeito vai até a rádio. (PP10)

Redes sociais, portais, rádios, murais, ofícios. (PP25)

Com base nas respostas obtidas, foram identificadas, listadas e atribuída as respectivas porcentagens das seguintes ferramentas de comunicação: site da prefeitura, audiências públicas, comunicação informal, rádio, banners, redes sociais, carro volante, portal da transparência, obras e murais.

Gráfico 1 - Ferramentas de Comunicação



Fonte: Pesquisa de campo

As ferramentas identificadas foram: o site da prefeitura, audiências públicas, comunicação informal, rádio, banners, redes sociais, carro volante, portal da transparência, obras e murais. Fazendo a análise dos dados e tendo em vista a média de idade dos participantes (24 anos) identificou-se as redes sociais como a ferramenta mais relatadas pelos mesmos, seguida da rádio, portal da transparência e site da prefeitura. Percebe-se que quando se trata de prestação de contas, as mídias sociais são as mais lembradas pelos participantes.

Diversas ferramentas de comunicação desempenham um papel crucial no fortalecimento da *accountability*. Segundo Cunha e Prates (2015), o site de uma prefeitura é uma fonte central de informações que possibilita o acesso amplo e democrático aos dados relacionados à administração municipal. As audiências públicas, conforme salientado por Souza (2019), representam espaços de participação direta da população, permitindo que os cidadãos expressem suas demandas e fiscalizem as ações do poder público. Segundo Ribeiro (2018), a comunicação informal estabelece uma proximidade entre os gestores e a comunidade, favorecendo a troca de informações e contribuindo para a construção de uma relação

de confiança. A rádio, como mencionado por Oliveira (2017), desempenha um papel importante na disseminação de informações para um público diversificado, especialmente em áreas com limitações de acesso à internet.

Os banners, redes sociais e carro volante, segundo Silva (2016), são ferramentas eficazes de comunicação que possibilitam a divulgação ampla e rápida das ações governamentais, alcançando diferentes segmentos da população. Mendes (2019), diz que o portal da transparência é um instrumento essencial para disponibilizar informações sobre os gastos públicos, licitações e contratos, proporcionando transparência e permitindo que os cidadãos fiscalizem a administração. As obras e murais, como apontado por Lima (2016), são elementos visuais que informam e engajam a população, transmitindo os resultados das políticas públicas implementadas pela prefeitura. Em conjunto, essas ferramentas de comunicação desempenham um papel significativo na *accountability* de uma prefeitura, proporcionando transparência, participação e engajamento dos cidadãos na gestão pública.

Com o intuito de verificar quais as ferramentas mais eficazes para a comunicação na prestação de contas, os participantes relataram as seguintes falas.

Rádio e redes sociais. (PP01)

A mais eficaz é a rede social. (PP02)

O mais eficaz que eu conheço é o portal da transparência por que ele interliga vários assuntos que é o foco principal em relação à prestação de conta e os veículos de comunicação a os jornais e televisão. (PP04)

A rádio por que nem todo mundo tem acesso à internet ou muitos têm dificuldade em mexer no celular, para mim a rádio é a mais eficaz. (PP05)

Eu acho que a mais eficaz seria a audiência pública. (PP08)

O meio mais eficaz seriam as audiências públicas por que a população consegue ouvir e falar também. (PP09)

Portal de transparência com ouvidoria. (PP13)

O site da prefeitura. (PP16)

Para mim é a audiência pública. (PP19)

As redes sociais, com certeza, chegam a um maior número de pessoas. (PP21)

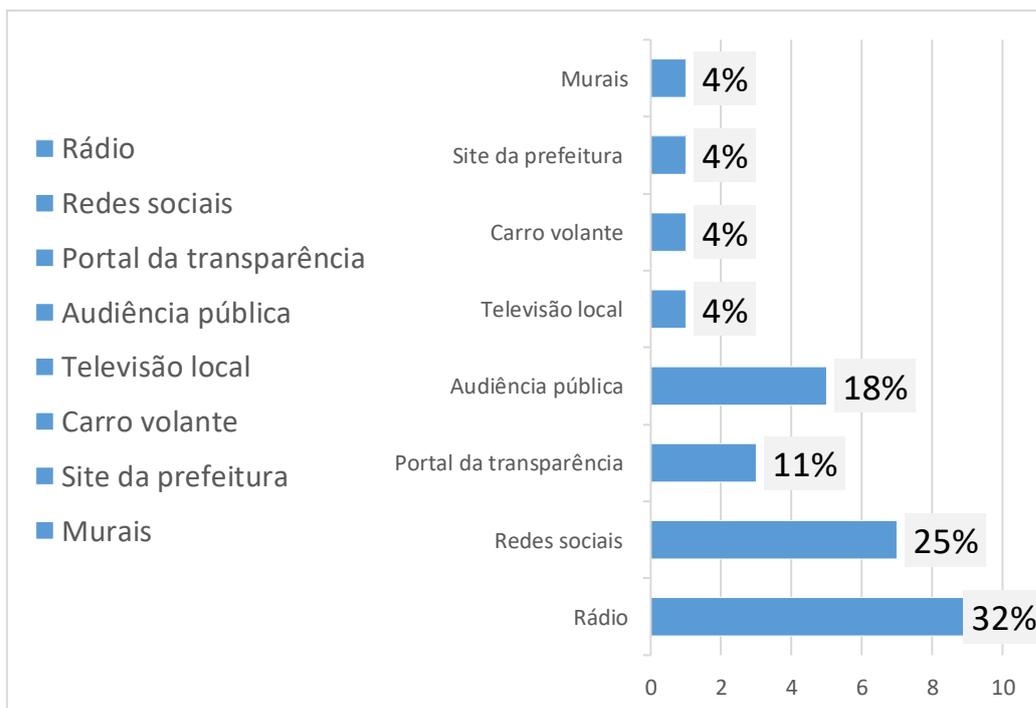
Segundo Pereira (2018), Souza e Silva (2017) e Pereira e Silveira (2020) destacam a importância de ferramentas de comunicação eficazes para a *accountability*, respectivamente, um portal da transparência bem estruturado e de fácil acesso possibilita que os cidadãos tenham acesso às informações relevantes sobre as finanças e a gestão pública, incluindo orçamentos, contratos, licitações e gastos.

Além disso, a utilização das redes sociais como ferramenta de comunicação, proporciona um canal direto de interação entre a prefeitura e os cidadãos. Essa proximidade favorece o compartilhamento ágil de informações sobre ações governamentais, programas e projetos, promovendo um maior engajamento da comunidade e ampliando a visibilidade das atividades realizadas. A realização de audiências públicas, representa uma forma de participação direta dos cidadãos no processo de tomada de decisão, permitindo que eles expressem suas demandas e fiscalizem as ações do poder público.

Essa prática promove a transparência e a legitimidade das ações governamentais, ao possibilitar o diálogo e a manifestação da sociedade. Dessa forma, uma ferramenta eficaz para a *accountability* de uma prefeitura desempenha um papel fundamental no fortalecimento da transparência, participação e controle social, contribuindo para uma gestão mais responsável e alinhada aos interesses da comunidade.

A partir das falas dos participantes foi feito um gráfico onde podemos identificar porcentagem da ocorrência das ferramentas mais eficazes na opinião dos participantes.

Gráfico 2 - Ferramentas mais eficazes



Fonte: Pesquisa de Campo.

Com o gráfico acima podemos concluir que a rádio é o meio de comunicação mais eficaz para as práticas de *accountability* na visão da população. Moura e Kneipp (2017) dizem que a rádio já foi a responsável de transmitir informações para as áreas mais distantes e remotas, quando a mesma era a única alternativa de comunicação, dessa forma se tornou um dos principais recursos de comunicação, partindo desse ponto podemos ver que apesar dos avanços tecnológicos em nosso município a rádio ainda é um dos meios de comunicação mais lembrados pela população e segundos os mesmos é o meio mais eficaz para transmitir as informações de prestação de contas.

Nessa subcategoria buscamos identificar a acessibilidade das ferramentas, dos meios de comunicação, se são acessíveis, quais são as mais acessíveis e as menos acessíveis.

“Acho que sim, a rádio mais da metade da população escuta, redes sociais grande parte tem acesso, outdoor e banners em pontos específicos das cidades são bem visíveis. Rádio, outdoor e redes sociais são as mais acessíveis, e-mail e fórum são menos acessíveis.” (PP01)

“A mais acessível é a rede social e os servidores públicos e a menos acessível é a rádio.” (PP02)

“Eu acredito que não, mas a mais acessível é a rádio porque a maior parte dos ribeirinhos não têm televisão em casa e nem internet, então a rádio é melhor, e a menos acessível é a internet.” (PP07)

“Sim, são acessíveis. A mais acessível é a rádio, a menos acessível são as redes sociais.” (PP13)

“É acessível sim para os mais jovens. A mais acessível poderia ser uma divulgação na rádio ou em grupos de WhatsApp, e a menos acessível seria o site, porque nem todo mundo entra no site para ver.” (PP18)

“Sim, são acessíveis, a mais acessível é a audiência pública e a menos acessível seria o site do portal da transparência por que tem menos acesso.” (PP22)

“Sim, são acessíveis, para mim a rádio é a mais acessível e a menos acessível são as redes sociais.” (PP27)

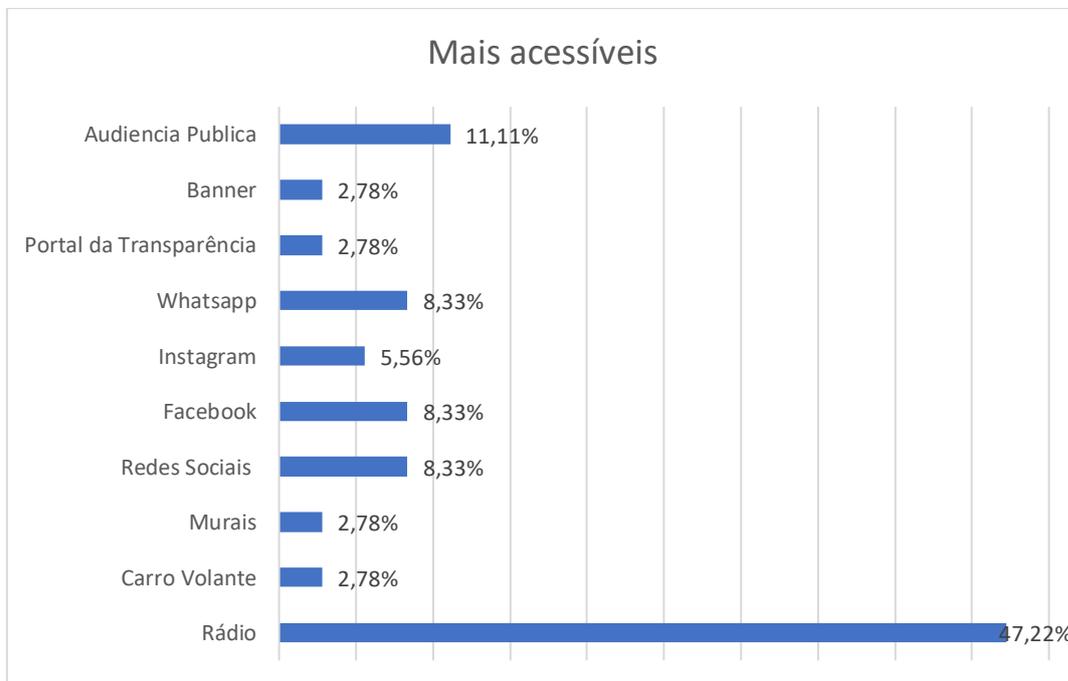
De acordo com Santos (2019), a acessibilidade é um princípio chave para a transparência governamental, garantindo que as informações sejam disponibilizadas de forma clara e compreensível para todos os cidadãos, independentemente de suas habilidades ou limitações. Um site da prefeitura com recursos de acessibilidade, como legendas em vídeos, fontes de tamanho ajustável e contraste adequado, assegura que pessoas com deficiência visual, auditiva ou cognitiva possam acessar e compreender as informações disponibilizadas. Em resumo, uma ferramenta acessível desempenha um papel crucial na *accountability* de uma prefeitura, garantindo que

todas as pessoas possam acessar as informações necessárias e participar ativamente no processo de governança.

Uma discussão a respeito da acessibilidade dos meios de comunicação, para muitos participantes a acessibilidade se dá pela forma de como ela está disponível para a população, outra parte dos participantes relata que a acessibilidade é advinda da facilidade da população de receber as informações.

Foram feitos dois diferentes gráficos, buscando de uma maneira lúdica demonstrar quais as ferramentas mais acessíveis e as menos acessíveis na opinião dos participantes.

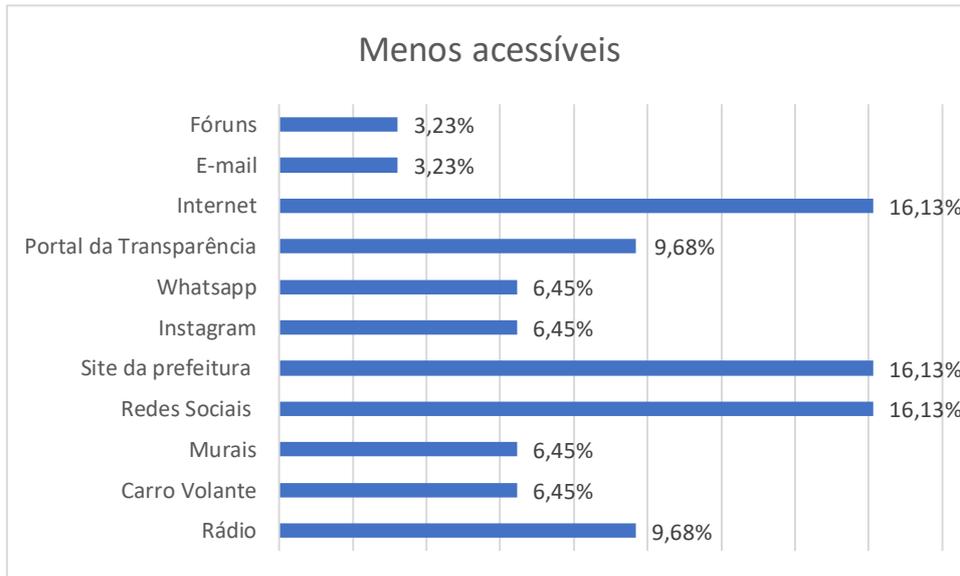
Gráfico 3 - Ferramentas mais acessíveis



Fonte: Pesquisa de campo

Com quase 48% a rádio foi dita como o meio de comunicação mais acessível para a população de Benjamin Constant, muito se dá pelo alcance das ondas de rádio, pois chegam nas comunidades e em toda a cidade, como já afirmado acima por Moura e Kneipp (2017) a rádio se tornou um dos principais veículos de comunicação haja vista a falta de outros meios de comunicação já que os mesmos não dispõem da tecnologia necessária para serem emitidos em massa e com o alcance necessário para toda a população.

Gráfico 4 - Ferramentas menos acessíveis



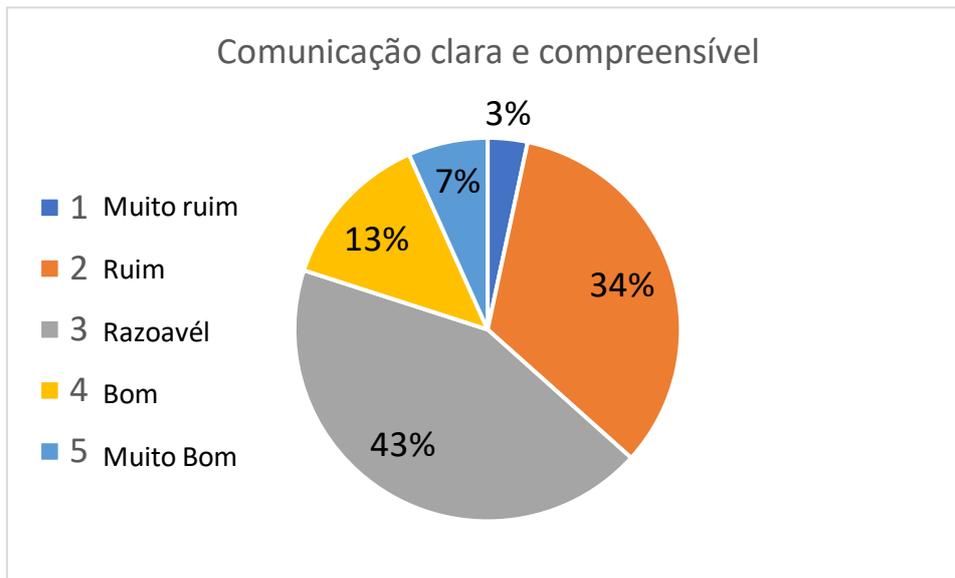
Fonte: Pesquisa de campo

O site da prefeitura, redes sociais e internet foram dados como o a ferramenta menos acessível para a *accountability*, algo em comum entre eles é a necessidade de internet, por isso são tidos como os menos acessíveis.

A dificuldade de acesso à internet no interior do Amazonas tem implicações significativas para a disponibilidade e acesso a informações de *accountability* por parte da população. De acordo com Souza et al. (2021), a falta de conectividade digital limita a capacidade dos cidadãos de monitorar e fiscalizar as ações dos órgãos governamentais e das instituições públicas. A ausência de acesso à internet dificulta o alcance de informações sobre orçamentos públicos, gastos governamentais e projetos de desenvolvimento, prejudicando assim a transparência e a participação cidadã.

Numa escala de 1 à 5 foi atribuída uma nota para a clareza e compreensividade da comunicação feita pela prefeitura municipal de Benjamin Constant em relação as práticas de *accountability*.

Gráfico 5 - Comunicação clara e compreensível



Fonte: Pesquisa de campo

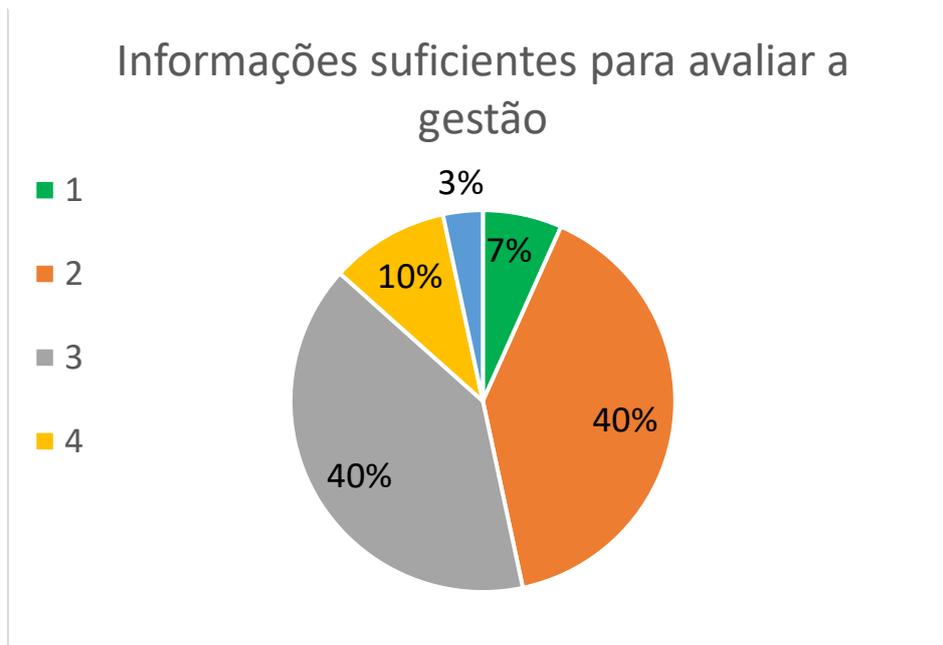
A clareza e compreensibilidade da comunicação das informações de *accountability* são fundamentais para promover a participação efetiva da população. Conforme destacado por Ferreira (2020), a linguagem utilizada na divulgação de dados e relatórios governamentais deve ser acessível e compreensível para todos os cidadãos, independentemente de seu nível de instrução ou formação acadêmica. Segundo Silva (2018), a clareza na comunicação das informações de *accountability* envolve a adoção de uma linguagem simples e direta, além do uso de recursos visuais e gráficos que facilitem a interpretação dos dados.

Gráficos, infográficos e visualizações de dados podem contribuir para uma melhor compreensão e assimilação das informações por parte da população, possibilitando uma análise mais crítica e informada. Muito se foi falado no decorrer da entrevista que a falta de instrução de grande parte da população e os termos muito técnicos afetam diretamente a compreensão da maioria. Dessa forma, foram atribuídas em maiores números as notas 3 e 2 respectivamente.

4.3 ANALISAR A QUALIDADE DE COMUNICAÇÃO DA *ACCOUNTABILITY* VERTICAL UTILIZADA.

Buscando compreender a qualidade das informações de *accountability* da prefeitura municipal de Benjamin Constant e como elas chegam para a população foram levantadas questões de pesquisa com o intuito de sanar dúvidas e identificar falhas e/ou erros no momento de repassar as informações, dados, registros de gastos e afins. Com o objetivo de avaliar a suficiência ou satisfação das informações para que a população possa entender e avaliar o desempenho da gestão municipal, apresento o gráfico abaixo onde foram atribuídas notas de 1 a 5 para tal.

Gráfico 6 - Informações suficientes para avaliar a gestão



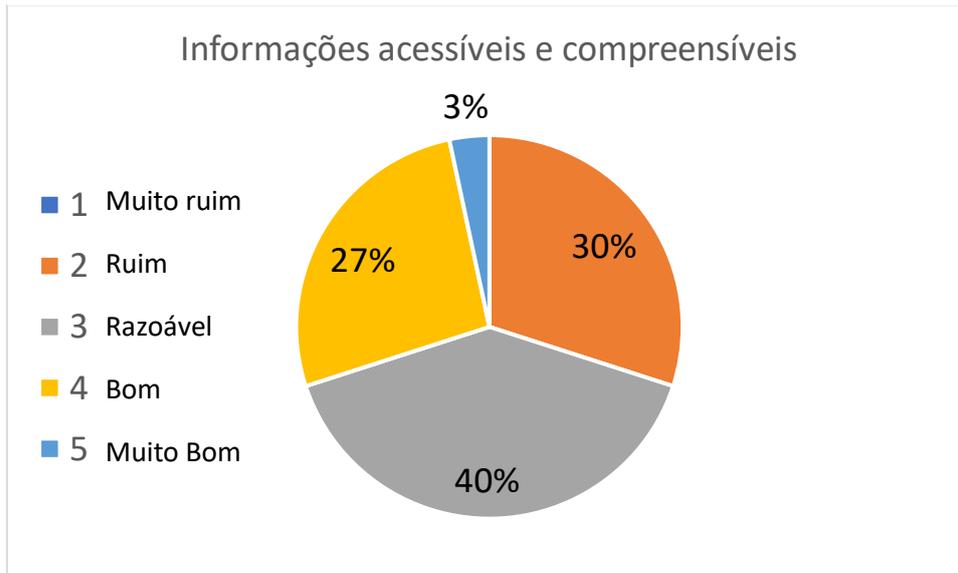
Fonte: Pesquisa de campo

Na escala avaliativa de 1 a 5, a incidência das notas 2 e 3 foram as maiores, ambas somadas totalizam 80% das opiniões. Santos (2020) destaca que a participação ativa dos cidadãos no processo de *accountability* fortalece a legitimidade das ações governamentais e possibilita a identificação de problemas e melhorias. Para Costa (2019) a *accountability* contribui para o fortalecimento da participação cidadã e para o exercício do controle social. Quando os cidadãos têm acesso a informações claras e compreensíveis sobre as ações do governo, podem avaliar o

desempenho da gestão e tomar decisões informadas, sejam elas no momento da eleição ou em processos participativos.

O gráfico abaixo apresenta as porcentagens das respostas das respostas obtidas em relação a qualidade da linguagem usada nas informações repassadas da prefeitura para a população.

Gráfico 7 - Informações acessíveis e compreensíveis



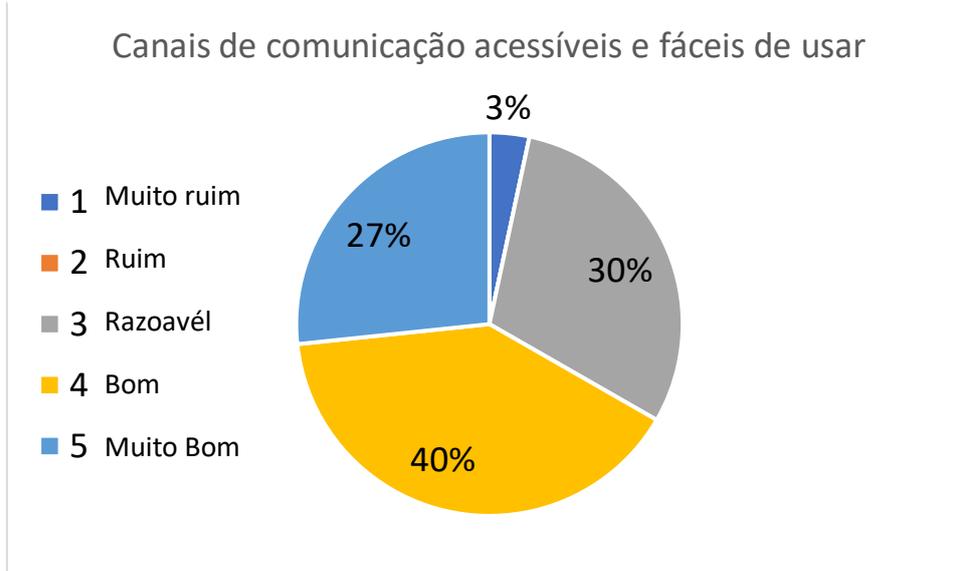
Fonte: Pesquisa de campo

Numa escala de 1 a 5, as notas com mais incidência são as notas 3, 2 e 4 respectivamente, podemos analisar que é uma avaliação de média para ruim. Ferreira (2020) diz que a linguagem clara e acessível é essencial para que os cidadãos possam compreender plenamente as informações apresentadas e também participar ativamente do processo de *accountability*.

Innes e Booher (2010) destacam a importância de usar uma linguagem mais simples e direta, evitando o uso exacerbado de termos técnicos e burocráticos que possam vir a dificultar a compreensão. Os autores ainda salientam que esse tipo de abordagem facilita a assimilação das informações por diferentes grupos de pessoas independente do grau de instrução das mesmas.

Buscando obter respostas acerca da acessibilidade e facilidade na utilização das ferramentas de comunicação pela população para adquirir as informações de *accountability* da prefeitura de Benjamin Constant.

Gráfico 8 - Canais de comunicação acessíveis e fáceis de usar



Fonte: Pesquisa de campo

Na escala de 1 a 5, 40% dos entrevistados deram a nota 4 para acessibilidade e facilidade de uso dos meios de comunicação e 30% dando a nota 3, com isso, podemos afirmar que a nota média é de boa para razoável.

Fox (2007) ressalta a importância de garantir o acesso fácil e oportuno às informações de *accountability*, enfatizando que a falta de acesso pode levar à exclusão e à desinformação dos cidadãos. Costa e Fernandes (2016) destacam que a facilidade no acesso das informações de *accountability* é fundamental para promover a transparência e o controle social. A disponibilização de dados e relatórios de forma clara, objetiva e em linguagem acessível contribui para que a população possa compreender e utilizar essas informações de forma efetiva.

Nesta subcategoria podemos identificar as dificuldades percebidas pela população na comunicação entre o poder executivo municipal e o povo, foram selecionadas as respostas que mais se destacaram e as que mais foram repetidas para um melhor entendimento geral do que os praticantes quiseram relatar na pesquisa.

A informação chegar em determinado público, acredito que as informações não chegam em todo mundo, por exemplo essas informações em mim não chegam. (PP1)

Falta de internet, a internet ruim. (PP2)

Dificuldade do acesso à internet muitas vezes a informação não chega devido à internet. (PP3)

A linguagem muito formal dos gestores públicos dificulta o entendimento de suas ações dentro das comunidades e fora também, os textos e as falas não são entendidos por usar palavras mais difíceis e isso dificulta a compreensão do que está sendo dito, dessa forma muitas pessoas só vão dizendo sim e

aceitando tudo do jeito que for sem se opor a nada por não entender bem o que está sendo feito ou falado. (PP5)

Para mim a dificuldade está na linguagem utilizadas por eles. (PP8)

Na linguagem usada por eles, e na transparência também. (PP10)

Falta de transparência, eles usam uma linguagem muito formal, podiam distribuir folhetos para que a população tenha mais ciência do que está sendo feito, eles só falam e falam, mas a gente não vê nada. (PP11)

Tem sessões na câmara que são feitas para a população participar e a população, nem todas as vezes comparecem para questionar sobre o serviço que a gestão está fazendo, o dinheiro público. Uma falta de comunicação do poder e do interesse da população. (PP14)

Eu acho que o que mais falta é uma pessoa para fazer as tratativas com a população, que é o que eu mais observo, a população faz a procura, e nem sempre eles conseguem falar com alguém que tem que dar aquela resposta para eles, né? Que tem a resposta que eles precisam, normalmente, eles acabam falando com uma outra pessoa nada a ver de outro setor que tanto faz, então é a falta da presença de um tele comunicador. A falta de alguém para responder perguntas. (PP15)

Para mim é a falta de interesse das pessoas. (PP21)

A dificuldade de passar a mensagem para toda a população, muita gente não tem acesso à informação, principalmente nas comunidades a falta de conectividade para poder acessar o portal da transparência pode ser uma dificuldade. (PP24)

A falta de internet, a pessoa não tem uma internet de qualidade e por isso tem dificuldade do acesso à informação. (PP25)

Acho que a maior dificuldade está na maioria das pessoas procurarem entender, mais do que o próprio poder executivo, por que a maior parte das pessoas vai pelo o que os outros dizem. É falta de interesse da população em ir participar. (PP 27)

Acho que uma das dificuldades está na veracidade das informações, saber se é realmente aquilo que eles estão falando para a gente, então, gera essa dúvida, da veracidade das informações. Além disso, a comunicação não é tão eficaz, por conta dos meios de comunicação que são utilizados, não existe uma preocupação com a população, se eles estão compreendendo, a preocupação deles é apenas em passar as informações e não se a população compreende o que eles estão passando. (PP29)

A comunicação da *accountability* entre a prefeitura e a população enfrenta diversos desafios no contexto brasileiro. A falta de acesso à internet, a utilização formal da linguagem na comunicação, a falta de transparência, o desinteresse da população, a ausência de um mediador de comunicação e a falta de conectividade com áreas remotas são fatores mais apontados pelos participantes nessa pesquisa.

A falta de acesso à internet é um dos principais obstáculos na comunicação da *accountability* e foi um dos principais pontos de dificuldade na comunicação apontados pelos participantes. Segundo Nascimento e Vasconcellos (2018), a exclusão digital é uma realidade em todo o Brasil, especialmente em áreas mais remotas, onde a infraestrutura de telecomunicações é precária ou inexistente. Isso limita o acesso da população às informações e dificulta o acompanhamento das ações da prefeitura. A ausência de internet como canal de acesso às informações de *accountability* também

afeta a igualdade de oportunidades na participação política, como apontado por Almeida e Santos (2015).

Além disso, a utilização da linguagem formal na comunicação institucional dificulta a compreensão das informações de *accountability* pela população. Oliveira e Souza (2017), apontam que o uso de termos técnicos e burocráticos dificulta o acesso às informações, gerando uma lacuna de compreensão e distanciamento entre a prefeitura e os cidadãos. O que foi muito relatado nas entrevistas é a ignorância e o nível baixo de escolaridade parte das pessoas residentes na cidade o que também é um agravante na compreensão da *accountability*.

A falta de transparência na divulgação de informações é outro ponto de dificuldade na comunicação da *accountability*. Autores como Costa e Fernandes (2016) destacam que a falta de clareza e de divulgação adequada dos dados compromete a confiança da população e dificulta o acompanhamento e a avaliação das ações da prefeitura. Segundo Araújo e Lima (2017), a transparência é um princípio essencial da *accountability*, pois permite que os cidadãos tenham acesso às informações necessárias para fiscalizar e avaliar as ações do governo.

Figueiredo et al. (2020) ressaltam que a falta de transparência gera desconfiança e descrédito por parte dos cidadãos. Quando as informações são escassas, incompletas ou de difícil acesso, a população fica desencorajada a acompanhar as ações do poder público e a cobrar por uma gestão mais responsável. Almeida (2019) destaca que a falta de transparência também prejudica a *accountability* horizontal, que envolve o controle e a fiscalização mútua entre os poderes e as instituições da sociedade. Em decorrência disso, houve muitas respostas onde os participantes relataram a falta de confiança como um agravante na *accountability*, fazendo com que mesmo que as informações sejam repassadas, ainda serão vistas com desconfiança.

A falta de interesse da população também é um fator limitante na comunicação da *accountability*. Conforme mencionado por Almeida e Santos (2015), a falta de conscientização e engajamento por parte dos cidadãos dificulta a cobrança por transparência e a participação nas discussões sobre as políticas públicas. Oliveira e Souza (2017) argumentam que a falta de interesse da população está relacionada à falta de conscientização sobre os direitos e deveres cidadãos. Além disso, Araújo e Lima (2017) mencionam que a falta de interesse da população também pode ser influenciada pela percepção de que a participação não traz benefícios concretos.

Quando os cidadãos não veem resultados palpáveis advindos da sua participação e do acompanhamento das ações da prefeitura, pode ocorrer uma desmotivação generalizada.

A ausência de um tele comunicador, como um profissional dedicado à comunicação entre a prefeitura e a população, também contribui para as dificuldades na transmissão e compreensão das informações de *accountability*. A falta de uma figura mediadora que possa transmitir as informações de forma acessível e promover o diálogo entre as partes é uma lacuna apontada por autores como Araújo e Lima (2017).

Por fim, a falta de conectividade com áreas remotas acentua a exclusão e dificulta o acesso às informações de *accountability*. Autores como Avelino, Piccolo e Souza (2019) mencionam que a falta de infraestrutura de telecomunicações em áreas mais distantes impede a comunicação efetiva entre a prefeitura e os cidadãos, limitando a participação e o controle social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *accountability* é um princípio fundamental para a governança pública, e seu entendimento e aplicação correta são de extrema importância para o bom funcionamento dos governos, em especial das prefeituras. Ao longo da história, a *accountability* tem desempenhado um papel crucial no fortalecimento da transparência, responsabilidade e prestação de contas dos agentes públicos.

A *accountability* vertical, em particular, desempenha um papel fundamental nas prefeituras. Ela estabelece a obrigação dos gestores públicos de prestar contas aos cidadãos, órgãos de controle e outros níveis de governo. Isso significa que as ações dos governantes municipais devem ser transparentes e passíveis de escrutínio, garantindo que as políticas públicas sejam implementadas de forma eficiente e em benefício da população.

Nesse contexto, a *accountability* vertical nas prefeituras promove a confiança e o engajamento cívico, permitindo que os cidadãos acompanhem e participem ativamente das decisões que afetam suas vidas. Além disso, a prestação de contas aprimora a eficácia do governo, contribuindo para a redução da corrupção, o aumento da eficiência na gestão pública e o alcance de melhores resultados sociais.

A prestação de contas não se trata apenas de caráter moral, mas também de obrigação legal dos agentes públicos promoverem a prestação de contas para a população. O estudo foi realizado com os discentes do curso de administração, uma amostra de 30 alunos respectivamente, todos residentes na cidade de Benjamin Constant a pelo menos 2 anos. As respostas obtidas através das pesquisas de campo permitiu a compreensão e o entendimento dos participantes acerca da prestação de contas, de como a prestação de contas é feita e se a prestação de contas feita é suficiente para o entendimento das contas e ações públicas.

Os resultados mostraram que os discentes do curso de administração tem sim conhecimento do que é a prestação de contas e para muito são algo fundamental e muito importante para as organizações públicas, o consenso geral se dá principalmente pelas contas públicas, uso dos recursos públicos, obras e investimentos em saúde e educação. Porém a falta de uma resposta direta dos órgãos públicos também é visível e lembrada nas respostas.

Em relação as ferramentas de prestação de contas e o uso delas. A compreensão dos participantes acerca de como é feita prestação de contas no município é baixa, cerca de 50% dos participantes não souberam ou não quiseram responder, apesar disso, foram muitas as ferramentas por eles citados, dentre elas vale ressaltar a rádio e as redes sociais, dito por eles como as mais eficazes e mais acessíveis a população, porém cada uma para seu público tendo em vista a falta de conectividade e acesso à internet tanto na cidade quanto nas comunidades e também a dificuldade do uso de novas tecnologias para a população idosa, a rádio se faz mais eficaz e acessível, por outro lado, com a média de idade dos praticantes em torno de 24 anos, a facilidade do uso de celulares, smartphones e a internet faz das redes sociais uma ferramenta muito acessível.

Informações claras e transparentes e uma linguagem mais coloquial torna a compreensão e o entendimento mais simples e fácil para todos, apesar disso, muito foi relatado que a lingual formal utilizada afasta parte da população por não compreender o que está sendo relatado, além disso, a falta de transparência nas informações repassadas pelos órgãos públicos dificulta muito a confiança da população no que é dito pelo poder executivo, tornando a relação entre poder e povo bastante instável e insegura.

As respostas foram satisfatórias para a pesquisa e tornaram público o que antes era apenas conversa, e principalmente responderam à questão de pesquisa “Qual a percepção e o entendimento dos cidadãos sobre as práticas de prestação de contas e da qualidade das ferramentas de utilizadas para a realização de *accountability* vertical pelo executivo municipal de Benjamin Constant?”.

Com o presente trabalho eu aprendi sobre a *accountability* e sua importância na administração pública, apesar de ser um termo estrangeiro e por isso ser desconhecido de grande parte da população, a prestação de contas é algo mais importante do que nós consideramos. É uma ferramenta de governo muito importante e que se usada corretamente e de forma eficiente e eficaz, torna a administração pública mais fácil, mais confiável, mais transparente, sem corrupção e mais satisfatória para a população.

Em caráter de sugestão, trago três pontos:

- Um trabalho para impulsionar a visibilidade das prestações de contas, para que cheguem a um número maior de pessoas na cidade e nas comunidades.

- Um cuidado maior na linguagem para que seja mais acessível e entendível para a população em geral.
- E um trato melhor das informações, usado de meios lúdicos, fazer uma apresentação dos dados das prestações de contas para que não apenas seja dito como também apresentado.

Por fim, acredito que o tema da *accountability* vertical nas prefeituras continuará a ser objeto de pesquisa e estudos nos próximos anos. À medida que a importância da transparência e prestação de contas no setor público é reconhecida, há uma necessidade crescente de compreender se houve avanços no entendimento da população em relação a esse tema e se houve melhorias na qualidade e acessibilidade da prestação de contas públicas.

Através de pesquisas futuras, será possível avaliar se os esforços realizados no fortalecimento da *accountability* vertical resultaram em um maior envolvimento cívico, confiança na gestão pública e eficácia na implementação de políticas municipais. Além disso, será importante investigar se a população tem uma compreensão mais clara dos mecanismos de prestação de contas e se estão sendo fornecidos canais adequados para que os cidadãos possam acessar e compreender as informações financeiras e orçamentárias.

Essas pesquisas poderão contribuir para o desenvolvimento de melhores práticas e políticas públicas, permitindo aperfeiçoar a *accountability* vertical nas prefeituras e promover um ambiente de governança mais responsável e transparente. Compreender o impacto dessas iniciativas no contexto municipal é fundamental para fortalecer a confiança dos cidadãos e garantir que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e em benefício de toda a comunidade.

REFERÊNCIA

- ACKERMAN, John M. **Social Accountability in the public sector**. 2005.
- ACKERMAN, John. **Estructura institucional para la rendición de cuentas: lecciones internacionales y reformas futuras**. Auditoría Superior de la Federación, Cámara de Diputados (serie Cultura de la Rendición de Cuentas 9), México, 2006.
- AGUIAR, Simone Coelho. Origem e evolução dos Tribunais de Contas. **XXII Encontro Nacional do CONPEDI**. Florianópolis: FUNJAB, p. 314-337, 2013.
- ALBUQUERQUE, João HM et al. Um estudo sob a óptica da teoria do agenciamento sobre a *accountability* e a relação Estado-sociedade. In: **Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. 2007. p. 26-39.
- ALMEIDA, A. C. Transparência e *accountability* no setor público: análise de portais de transparência brasileiros. **Revista do Serviço Público**, 70(1), p. 107-125, 2019
- ALMEIDA, A. C., & Motta, R. L. *Accountability* social e acesso à informação: um estudo sobre os portais de transparência municipal. **Revista de Administração Pública**, 52(4), p. 727-748, 2018
- ALMEIDA, F. R., & Santos, G. L. Participação social e *accountability* na gestão pública. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, 12(26), 3-22. Anais... . [s. L.]: Anpad, 2013. p. 1 – 16. 2015
- ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
- ARAÚJO, T. N., & Lima, M. M. Transparência, *accountability* e controle social no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, 28(75), p. 19-34. 2017
- ARAÚJO, T. N., Ferreira, L. M., & Correia, J. M. Transparência pública: análise dos portais de transparência dos municípios da Região Metropolitana do Recife. **Revista de Administração Pública**, 53(5), p. 945-965, 2019
- AVELINO, G., Piccolo, F., & Souza, L. R. O uso de portais eletrônicos para aumentar a transparência nas prefeituras: uma análise das experiências brasileiras. **Revista do Serviço Público**, 70(1), p. 83-106, 2019
- BARROS, Maria das Graças; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. **As concepções de interatividade nos ambientes virtuais de aprendizagem**. Campina Grande: EDUEPB, p. 209-229, 2011.
- BODART, C. N. **Gestão Pública: Transparência, Controle e participação social**. Vila Velha - ES, 2015.

BOGDAN, R., & Biklen, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto Editora, 1994.

BONILLA, A. G. S. Modelos de Democracia y Rendición de Cuentas: la ventaja de una concepción deliberativa de la democracia. **Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropología Social** (CIESAS), 2005, Disponível em <<http://www.ciesas.edu.mx/diplomado/finales/modelos%20de%20democracia%20y%20rendici%F3n%20de%20cuentas.pdf>>. Acesso em 05/05/23.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Brasília, DF, 04 maio 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 5 mar. 2023.

CABEDA, Marcelo. O chat-fórum: uma idéia de uso híbrido, síncrono e assíncrono, através de uma única ferramenta normalmente assíncrona, o fórum virtual. In: **Proceedings of Congresso Internacional de Educação à Distância**. p. 18-22. 2005

CARLOMAGNO, Márcio Cunha; BRAGA, Sergio Soares; SAMPAIO, Rafael Cardoso. **Respondem os políticos a questionamentos dos eleitores? Um experimento controlando os incentivos de mensagem, período e meio**. Opinião Pública, v. 24, p. 328-364, 2018.

CENEVIVA, Ricardo. *Accountability*: novos fatos e novos argumentos—uma revisão da literatura recente. **Anais do Encontro de Administração Pública e Governança da Associação Nacional de PósGraduação e Pesquisa em Administração**, p. 1-17, 2006.

CHADWICK, Andrew. **Internet politics: States, citizens, and new communication technologies**. In: Britannica Academic. E-government., Encyclopedia Britannica, 12 Mar. 2013. academic-eb
britannica.ez18.periodicos.capes.gov.br/levels/collegiate/article/egovernment/600905 . Acesso em: 05 jul. 2013

COSTA, E. R. *Accountability* e participação social: elementos essenciais para a democracia. **Revista do Serviço Público**, 70(1), p. 127-151, 2019

COSTA, J. P. B., & Fernandes, M. M. *Accountability* e transparência no Brasil: o caso da Câmara dos Deputados. **Revista de Administração Pública**, 50, p. 395-416, 2016

COSTA, S. F. (2019). Transparência e *accountability*: um estudo sobre a disponibilização de informações pelos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, 53, p. 207-226. 2019

COSTA, S. F., & Fernandes, B. H. A importância da informação contábil para a *accountability* municipal. **Revista de Administração Pública**, 50(6), p. 1037-1055. 2016

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. Sage publications, 2017.

CUNHA, A. R.; PRATES, Y. P. Governança eletrônica no Brasil: o uso das tecnologias da informação e comunicação no portal da transparência dos municípios brasileiros. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 5, n. 2, p. 59-81, 2015.

DA SILVA, Rodrigo Christian Sena; OLAVO, Antônio Vagner Almeida; DE ANDRADE, Herbert Cristhiano Pinheiro. A Comunicação Síncrona e Assíncrona na *Accountability* Vereador-Cidadão no Município Amazonense de Benjamin Constant, Brasil. **Revista Ciências Administrativas**, v. 28, p. e11705-e11705, 2022.

DIAS, Thiago Ferreira; SANO, Hironobu; MEDEIROS, Marcos Fernando Machado de. Inovação e tecnologias da comunicação e informação na administração pública. 2019. FERNANDES, B. H., & Gomes, G. L. Transparência e *accountability*: o caso das prefeituras brasileiras. **Revista do Serviço Público**, 69(3), p. 577-600, 2018

E. INNES, Judith; BOOHER, David E. Indicators for sustainable communities: a strategy building on complexity theory and distributed intelligence. **Planning theory & practice**, v. 1, n. 2, p. 173-186, 2000.

FERREIRA, A. P. A comunicação da prestação de contas e a compreensão das informações pelos cidadãos. **Revista de Administração Pública**, 54(3), p. 635-654, 2020

FERREIRA, V. S., & Pereira, G. G. *Accountability* digital: um estudo sobre a utilização das tecnologias da informação e comunicação nos portais eletrônicos de transparência pública. **Revista de Administração Pública**, 53(6), p. 1147-1169. 2019

FIGUEIREDO, R. C., Rocha, C. C., & Leite, A. L. A *accountability* como fator de transparência no setor público: um estudo sobre as ferramentas de controle social. **Revista de Administração Pública**, 54(1), p. 28-47, 2020

FILGUEIRAS, Fernando. Além da transparência: *accountability* e política da publicidade. **Lua nova: revista de cultura e política**, p. 65-94, 2011. FOX, J. . The uncertain relationship between transparency and *accountability*. *Development in Practice*, 17(4-5), p. 663-671, 2007

FREITAS, Christiana Soares de; LIMA, Fernanda Fiuza; LIMA, Fernanda Queiroz. Os desafios ao desenvolvimento de um ambiente para participação política digital: o caso de uma comunidade virtual legislativa do projeto e-Democracia no Brasil. **Organizações & Sociedade**, v. 22, p. 639-658, 2015. FRISCHMANN, B. Using Google Docs for speech-to-text transcription. *The Qualitative Report*, 24(12), p. 3283-3296, 2019

GOETZ, Anne Marie; JENKINS, Rob. Hybrid forms of *accountability*: citizen engagement in institutions of public-sector oversight in India. **Public management review**, v. 3, n. 3, p. 363-383, 2001.

HEIDEMANN, Francisco G. Ética de responsabilidade: sensibilidade e correspondência a promessas e expectativas contratadas. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UnB, p. 301-309, 2009.

KENNEY, Charles D. Horizontal accountability: concepts and conflicts. **Democratic Accountability in Latin America**, v. 165, p. 55, 2003.

LIMA, A. M. **A transparência governamental na era da informação: uma análise das ações de governo eletrônico nos municípios brasileiros**. 2016. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

LIMA, Rafael Costa; CAMPOS, E. S. Accountability Uma Análise Comparativa entre o Poder Executivo e Judiciário sobre a Divulgação de dados e informações, em seus Sítios Eletrônicos. **Encontro de Administração Pública e Governança**, v. 4, p. 1-17, 2010.

LOUZADA, S. V. **Accountability Vertical Das Empresas Estatais Federais Brasileiras**. 2010. Dissertação (Mestrado Em Administração Pública), Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro, 2010. Lua Nova, n. 84, 2011.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing-: uma orientação aplicada**. Bookman Editora, 2019.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. atual. **São Paulo: Atlas**, 2018.

MARTINS, F. J. O.; TAVARES, T. M. T. C. *Accountability* na Administração Pública Brasileira: Fundamentos Teóricos e Componentes Constitutivos. In: **ENCONTRO DA ANPAD**, 39., 2015, Belo Horizonte. Anais... . [s. L.]: Anpad, 2015. p. 1 - 18.

MARTINS, Pablo Procópio et al. Análise da Produção Científica Sobre os temas accountability e e-government. **Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico**, v. 1, n. 14, p. 96-120, 2016.

MENDES, A. B. M. **Redes sociais digitais e a democratização da comunicação na administração pública: o caso do Facebook nas prefeituras do Rio Grande do Norte**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.

MIGUEL, L. F. 2005. Impasses da *Accountability*: dilemas e alternativas da representação política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 25-38, nov. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31109.pdf>. Acesso em: 5.mar.2023

NASCIMENTO, D. C.; TEODÓSIO, A. S. S. Participação Popular na *Accountability* de Governos Locais: um estudo sobre a atuação do movimento Nossa Betim. In:

ENCONTRO DA ANPAD, 39., 2015, Belo Horizonte. Anais... . [s. L.]: Anpad, 2015. p. 1 –16.

NASCIMENTO, R. B., & Vasconcellos, L. G. **Exclusão digital no Brasil: uma revisão de literatura. Perspectivas em Ciência da Informação**, 23(3), p71-91. 2018

NEUENDORF, Kimberly A. **The content analysis guidebook**. sage, 2017.

O'DONNELL, Guillermo. **Accountability horizontal e as novas poliarquias**. Lua Nova, São Paulo, n. 44. p. 27 – 54. 1998.

O'DONNELL, Guillermo. **Polyarchies and the (un)rule of law in Latin America: a partial conclusion**. In: MENDES, Juan; O'DONNELL, Guillermo and PINHEIRO, Paulo Sergio(eds.). *The (un)rule of law and the underprivileged in Latin America*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1999.

O'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal: la institucionalización legal de la desconfianza política. **Revista Española de Ciencia Política**, v. 11, n. 1, p. 11-31, 2004.

OLIVEIRA, M. M. B. A comunicação no poder legislativo municipal: o uso da rádio no relacionamento com a população. In: VII **Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, 2017, Cuiabá. Anais... Cuiabá: SBPJor, 2017.

OLIVEIRA, R. G., & Souza, T. S. A comunicação como fator determinante para a *accountability* pública. **Revista de Administração Pública**, 51(2), p. 306 - 327. 2017

PATTON, Michael Quinn. **Qualitative research & evaluation methods: Integrating theory and practice**. Sage publications, 2014.

PEREIRA NETO, Abeilard Bello; BORGES, Tiago Moreira. *Accountability e participação popular na era da informação e do conhecimento*. In: **IV Encontro Brasileiro de Administração Pública**, 4., 2017, João Pessoa. Anais. João Pessoa: Sbpap, p. 17 - 31. 2017

PEREIRA, L. S.; SILVEIRA, R. L. L. Transparência e participação: um estudo sobre as audiências públicas municipais em Minas Gerais. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 12, n. 1, p. 90 -101, 2020.

PEREIRA, M. L. F. Transparência pública e a gestão financeira municipal: estudo de caso dos municípios do estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Gestão Pública**, v. 12, n. 1, p. 47 - 68, 2018.

PONTES CIRILO ARAÚJO, Daniella; BEHEREGARAI FINGER, Andrew. **GESTÃO DA INFORMAÇÃO E ACCOUNTABILITY: UM ESTUDO DE CASO NA UFAL**. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 16, n. 3, 2021.

PONTES, Carla Sena. A atuação da Justiça Eleitoral na fiscalização das contas dos candidatos e partidos políticos. 2008. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado. PUC-Rio.

QUIÑONES, Andrés Hernández; ARCINIEGAS, Muños. **Experiencias de accountability horizontal y social en América Latina**. Universidad de los Andes, 2011.

RAUPP, Fabiano Maury; DE PINHO, José Antonio Gomes. Os vereadores prestam contas em portais eletrônicos? um estudo comparativo entre municípios do Estado da Bahia e de Santa Catarina. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 5, n. 3, p. 89-97, 2013.

RIBEIRO, V. D. Comunicação governamental e *accountability*: o papel das ouvidorias municipais na mediação entre Estado e sociedade. Intercom - **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 41, n. 1, p. 179-197, 2018.

ROCHA, A. C. *Accountability* na administração pública: modelos teóricos e abordagens. **Contabilidade Gestão e Governança**, v. 14, n. 2, 2011.

ROCHA, A. C. et al. A coprodução do controle como bem público essencial à *accountability*. In: **ENCONTRO DA ANPAD**, v. 36, p. 1 – 16, 2012

ROCHA, A. C.. Auditoria de Gestão - Uma Forma Eficaz de Promoção da *Accountability*. In: **ENCONTRO DA ANPAD**, v. 31, p. 1 – 15, 2007

ROCHA, Arlindo Carvalho. *Accountability*: três modelos teóricos, três abordagens. **ENCONTRO DA ANPAD**, v. 34, p. 1-15, 2010.

ROMAGNOLI, Rafael; ROMAGNOLI, Mariana Ap. Ferrari Gouvea. *Accountability* e suas dimensões. II Encontro Internacional participação, democracia e políticas públicas. **Unicamp, São Paulo**, 2015.

SALES, Tainah Simões; CAMPOS, Juliana Diniz. A carência de efetiva participação da sociedade civil nas audiências públicas no âmbito do controle concentrado de constitucionalidade Brasileiro. **Conpedi Law Review**, v. 3, n. 1, p. 216-234, 2017.

SALM, José Francisco. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Ed. Univ. de Brasília, 2009.

SANTOS, J. A. **Avaliação da participação popular na gestão pública: uma análise da percepção dos cidadãos em relação à *accountability* social**. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal de Alagoas. 2020

SCHEDLER, A. ¿ **Qué es la Rendición de Cuentas?**. **Cuadernillos de Transparencia** No 3. 2004.

SCHEDLER, Andreas et al. **Conceptualizing *accountability*. The self-restraining state: Power and *accountability* in new democracies**, v. 14, 1999.

SILVA, A. P. **O uso das redes sociais pelas prefeituras da Região Nordeste: um estudo sobre a comunicação pública digital**. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016

SILVA, E. C. G. da; ALMEIDA, M. E. A. de. O uso das redes sociais digitais por empresas públicas: um estudo de caso do BNDES, Caixa Econômica Federal e Correios. **Revista Temática**. n. 02, 2014. Disponível em: <http://www.insite.pro.br/2014/Fevereiro/redes_sociais_digitais.pdf> Acesso 05 março, 2023

SILVA, L. G. **A comunicação visual e a transparência pública: o uso de infográficos como ferramenta de accountability**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2018

SILVA, Rodrigo Christian Sena da; OLAVO, ANTONIO VAGNER ALMEIDA; ANDRADE, Herbert Cristhiano Pinheiro de. Tecnologias de *Accountability* utilizadas por vereadores da cidade de Benjamin Constant, Amazonas. **Encontro De Administração Pública Da Anpad**, v. 8, 2019.

SILVEIRA, João ST da; SILVEIRA, Letícia DB da. Desenvolvimento metodológico e aplicação de um índice de accountability aos municípios catarinenses. **Anais ENANPAD**, v. 30, 2006.

SMULOVITZ, Catalina; PERUZZOTTI, Enrique. **Controlando la política. Ciudadanos y medios en las democracias latinoamericanas**. 2002.

SOUZA, J. S. Audiências públicas como mecanismo de participação cidadã: um estudo comparado de três municípios brasileiros. **Revista do Serviço Público**, v. 70, n. 3, p. 593-617, 2019.

SOUZA, J. S.; SILVA, E. B. C. Redes sociais digitais e governos municipais: o uso do Facebook como estratégia de comunicação para a gestão pública. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 7, n. 1, p. 207-225, 2017.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas; ROBL FILHO, Ilton Norberto. *Accountability* e independência judiciais: uma análise da competência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, p. 29-46, 2013.

VERA, Ernesto Isunza. **Democratización, rendición de cuentas y sociedad civil: participación ciudadana y control social**. CIESAS, 2006.

VIEGAS, Rafael Rodrigues et al. A comunicação dos Tribunais de Contas e Ministérios Públicos nas redes sociais: os desafios da *accountability* na democracia digital. **Revista de Administração Pública**, v. 56, p. 324-348, 2022.

WITTENBERG, E., Knibbe, R., & van den Hoek, K. **Automatic speech recognition for sociolinguistic research: A primer on what it does and how to use it**. **Journal of Sociolinguistics**, 21(2), p. 190-213, 2017

XAVIER, Roberto Salles. Accountability e as suas múltiplas abordagens: um balanço teórico. **XXXV Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro**, p. 4-7, 2011.

ZAPELINI, Marcello Beckert. Accountability na Gestão de Recursos Hídricos: O Comitê Itajaí como Instrumento de sua Ampliação. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 4, n. 1, 2015.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista



Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Instituto de Natureza e Cultura (INC)
Curso Bacharelado em Administração



Nome do entrevistado:	
Data da entrevista	
Orientações Gerais:	<ul style="list-style-type: none"> • Agradecer pela disponibilidade do (a) participante da pesquisa; • Apresentar de forma breve os objetivos da pesquisa; • Informações contidas no termo de consentimento da entrevista, bem como sobre o envio do termo e assinatura; • Solicitar permissão para gravação no celular.
Identificar a compreensão da população em relação ao termo accountability.	
<ol style="list-style-type: none"> 1. No seu entendimento, o que é prestação de contas públicas? 2. Na sua opinião, a prestação de contas é importante para o bom funcionamento de organizações públicas? Por quê? 3. Você observa que quando questionado, o poder executivo municipal responde? De que forma ocorrem essas respostas? 4. Como ocorre as punições frente a prestação de contas do poder público municipal? 	
Verificar as ferramentas utilizadas pelo executivo municipal para a prestação de contas percebidas pela população.	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Como você compreende que é feita a prestação de conta realizado pelo prefeito e secretários municipais de Benjamin Constant? 2. Quais ferramentas utilizadas pelo executivo municipal para prestar contas à população você consegue identificar? 3. Das ferramentas que você conhece, qual delas você considera mais eficaz em fornecer informações sobre a gestão do executivo municipal? 4. Na sua opinião, as ferramentas utilizadas pelo executivo municipal são acessíveis para a população em geral? Quais as mais acessíveis e as menos acessíveis 5. Em sua percepção, a comunicação realizada pelo executivo municipal é clara e compreensível? (Na escala de 1 a 5) 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 	
Analisar a qualidade de comunicação da accountability vertical utilizada.	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Na sua opinião, as informações divulgadas pelo executivo municipal por meio da prestação de contas são suficientes para que a população possa entender e avaliar o desempenho da gestão municipal? (Na escala de 1 a 5) 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 2. A linguagem utilizada nas informações divulgadas pelo executivo municipal é acessível e compreensível para a população em geral? (Na escala de 1 a 5) 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 3. Os canais de comunicação utilizados são acessíveis e fáceis de usar? (Na escala de 1 a 5) 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 4. Quais as dificuldades de comunicação que você percebe na prestação de contas entre o poder executivo municipal com a população? 	

APÊNDICE B – Questionário socioeconômico



Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Natureza e Cultura
Curso Bacharelado em Administração



Questionário - Perfil socioeconômico dos participantes da pesquisa

Perfil socioeconômico	Qual sua renda mensal? <input type="checkbox"/> menos de 1 salário mínimo <input type="checkbox"/> 1 a 2 salários mínimos <input type="checkbox"/> 2 a 4 salários mínimos <input type="checkbox"/> 4 a 5 salários mínimos <input type="checkbox"/> acima de 5 salários mínimos
Qual a sua idade? _____ em anos Atualmente você é.... <input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado(a) no civil e no religioso, <input type="checkbox"/> Casado(a) só no civil, <input type="checkbox"/> Casado(s) só no religioso, <input type="checkbox"/> A união é consensual (vive junto sem ser casado(a)), <input type="checkbox"/> Desquitado(a) / Divorciado(a) / separado(a) judicialmente, ou <input type="checkbox"/> Separado(a) sem ser judicialmente; <input type="checkbox"/> Viúvo(a)	Qual seu nível de instrução? <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Completo <input type="checkbox"/> Ensino Médio incompleto (30) <input type="checkbox"/> Ensino Médio Completo <input type="checkbox"/> Cursando o ensino Técnico _____ <input type="checkbox"/> Ensino Técnico completo _____ <input type="checkbox"/> Cursando Ensino Superior _____ <input type="checkbox"/> Ensino Superior Completo _____
Você tem filhos? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim. <i>Quantos?</i> _____	Qual o seu período? <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7 <input type="checkbox"/> 8 <input type="checkbox"/> Desperiodizado

APENDICE C – Carta de aceite de pesquisa

CARTA DE ACEITE DE PESQUISA

Instituição: Universidade Federal do Amazonas - Instituto de Natureza e Cultura

Responsável Legal: Marinete Lourenço Mota

Declaro para devidos fins, que a discente do Curso Bacharelado em Administração do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas, Crispim Ordones Ramos Neto, matrícula 21753493, está apto a realizar atividade de pesquisa nas dependências da empresa, com a finalidade de coleta de dados para o trabalho de conclusão de curso intitulado "A percepção dos Discentes do curso Bacharelado em administração do INC quanto as práticas de accountability vertical realizada pelo poder público municipal.", sob orientação do Prof. Me. Antônio Vagner Almeida Olavo.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para os efeitos legais e de direito

Benjamin Constant 31 de maio de 2023



Responsável pela instituição

